

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO — UNIGRANRIO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

GILCIMAR FERREIRA DE CARVALHO CAETANO

AUTOGESTÃO E FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA
(MACAÉ/RJ)

Dissertação de Mestrado

RIO DE JANEIRO
2020

GILCIMAR FERREIRA DE CARVALHO CAETANO

AUTOGESTÃO E FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA
(MACAÉ/RJ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Administração (PPGA) da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Wanderley

RIO DE JANEIRO
2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

C128a Caetano, Gilcimar Ferreira de Carvalho.
Autogestão e forma de organização do trabalho: uma observação participante no assentamento Osvaldo de Oliveira (Macaé/RJ) / Gilcimar Ferreira de Carvalho Caetano. – Rio de Janeiro, 2020.
131 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2020.

“Orientador: Prof. Dr. Sergio Wanderley”.
Referências: f. 116-123.

1. Administração. 2. Autogestão. 3. Organização do trabalho. 4. Assentamentos. 5. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). I. Wanderley, Sergio. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 658

Gilcimar Ferreira de Carvalho Caetano

"Autogestão e Forma de Organização do Trabalho: Uma Observação Participante no Assentamento Osvaldo de Oliveira (Macaé/RJ)"

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Área de Concentração:
Gestão Organizacional.

Aprovada em 13 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Prof.ª Dr.ª Denise Franca Barros
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Prof.ª Dr.ª Fernanda Filgueiras Sauerbronn
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

UM LOUVOR A DEUS

Já cheguei até aqui
Eu não posso desistir
Devo achar forças pra andar
As lutas vieram, mas também passaram
Vendavais tentaram me derrubar

Mas busquei a Cristo, meu fiel amigo
Que esteve comigo todo dia
Mesmo que chorando, mesmo que sofrendo
Já estava certo que a vitória ganharia no amanhã

Já chegamos até aqui
Não podemos desistir
Vamos achar forças pra andar
As lutas vieram, mas também passaram
Vendavais tentaram nos derrubar

Nada nos faltou, tudo Deus proveu
Nos deu coroa pra guardar
E fez tudo novo com amor glorioso
E nos deu vitórias ontem, hoje e nos dará no amanhã

Nada nos faltou, tudo Deus proveu
Nos deu coroa pra guardar
E fez tudo novo com amor glorioso
E nos deu vitórias ontem, hoje e nos dará no amanhã

Vitórias
Igreja Cristã Maranata

AGRADECIMENTOS

Na verdade, meu agradecimento começou anteriormente com um louvor a Deus. A honra e a glória desse momento pertencem a Ele.

Esse é um momento singular na minha caminhada. Lembrar-me de todos, que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui não é muito fácil, fica sempre aquele pensamento de: será que estou esquecendo alguém? Espero que não.

Agradeço a minha esposa Graça. Foram dias desgastantes, de muita pressão, de choro e de risos. Sua determinação foi surreal, sempre me sacudindo ao primeiro sinal de esmorecimento e me fazendo acreditar que tudo daria certo. Soube suportar meu mau humor e as noites que precisou dormir com a luz acesa, enquanto eu estudava no nosso quarto. Lá eu me sentia mais a vontade.

Às nossas filhas Bárbara e Beatriz, que acreditaram na minha capacidade. Também foi por elas que eu iniciei essa jornada, começando a graduação em 2014 aos quarenta e nove anos e agora chegando ao final desse mestrado e poder dizer a elas: não desistam dos seus sonhos, assim como eu não desisti dos meus.

Agradeço aos meus pais, pelo esforço para proporcionar melhores oportunidades aos seus filhos. Minhas irmãs, que dividiram comigo alegrias e tristezas de uma infância difícil, mas que assim como eu, nunca perderam a esperança e a alegria de viver.

Especial agradecimento ao meu orientador, por sua dedicação na orientação, sua prontidão para atender aos contatos feitos pessoalmente ou por meio eletrônico. Pela confiança, por acreditar e não desistir da dissertação e também por saber respeitar-me e incentivar-me no momento mais crítico dessa caminhada, quando tudo parecia que não daria certo, mas conseguimos chegar até aqui.

Presto meu agradecimento aos membros da banca, pela sua disponibilidade e contribuição para com este trabalho.

Ao professor Michel Thiollent, por sua valiosa colaboração para o refinamento do projeto ainda na qualificação.

Sou grato a todos os professores e professoras da Unigranrio, com quem tive a satisfação de aprender durante a minha graduação. Em particular, agradeço ao professor Alexandre Nicolini e a professora Adriana Amadeu, que abriram as portas da iniciação científica e me permitiram conhecer um mundo novo e fascinante que me ajudou a chegar aqui.

Igualmente, agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Administração dessa universidade, pelo conhecimento que foi sendo construído ao longo desses dois anos de muito trabalho. Aos colegas da secretaria do PPGA, Michelle de Miranda e John Hassan que sempre se colocaram a disposição para ajudar e orientar.

À minha turma do mestrado, Ana Luísa, Marília Matheus, Eugenize Lima, Jaqueline Marques, Jorge Otavio, Renato Grova, Marcelo Oliveira e Daniele Zeferino que foram excelentes companheiros nessa jornada em que nos ajudamos mutuamente.

Tem quem diga que Deus coloca anjos no nosso caminho para nos ajudar. Não posso dizer que eles tenham essa essência, nem que sejam revestidos de algo sobrenatural, mas a verdade é que eles me ajudaram muito, como ajudaram, por isso dedico a eles um agradecimento carinhoso. Obrigado Daniele Zeferino e Clayton Gonçalves.

Também sou grato a tantos outros estudantes, amigos que fiz dentro do PPGA, sejam do mestrado ou do doutorado, Ana Bauer, Vanessa Faria, Renan Moura, Claudia Abreu, Laura Carvalho, Elaine Barbosa e Ely Severiano.

Às companheiras e companheiros do assentamento Osvaldo de Oliveira, sem a colaboração de vocês a pesquisa não existiria, muito obrigado pela acolhida e pela disposição em me ajudar a construir esse trabalho.

Agradeço também a coordenadora da direção estadual de produção e saúde do MST/RJ, Iranilde, que desde o início manifestou sua boa vontade e interesse pela pesquisa e me indicou o local para realização do trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa de estudo para a realização desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar como se aplicam os conceitos de autogestão, politecnicidade e economia solidária na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST. A investigação é feita a partir do que informam os assentados e as assentadas que estão inseridos nesse assentamento rural. A pesquisa tem abordagem qualitativa descritiva, e a construção do *corpus* de pesquisa deu-se a partir de observação participante durante convívio com os assentados por um período de quinze dias, elaboração de caderno de campo com observações feitas a partir do relacionamento com praticamente toda a comunidade, além de entrevistas semiestruturadas realizadas com 11 residentes do assentamento durante minha estadia. A interpretação do material coletado apoiou-se nas orientações de análise de conteúdo categorial. Os resultados sugerem que o assentamento propõe uma organização autogestionária. A comunidade é gerida coletivamente, as questões de interesse do assentamento, sejam relacionadas à organização do trabalho, definição de coordenadores de núcleos, questões pedagógicas e etc., são todas discutidas em assembleias. Embora, todos tenham em princípio direitos iguais, existem os que se consideram desprestigiados, mas não a ponto de comprometer as relações interpessoais e a estrutura organizacional. Em relação às condições de vida no Osvaldo de Oliveira, a infraestrutura é evidentemente comprometida devido à falta de recurso próprio, potencializada principalmente pelas poucas ações do poder público para gerar mais qualidade de vida, como por exemplo, saneamento básico, geração de energia elétrica, telecomunicação e transporte.

Palavras-chave: Autogestão. Assentamento. MST. Organização do Trabalho. Observação Participante.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to investigate how the concepts of self-management, politecnia and solidarity economy are applied in the organization of work in the Osvaldo de Oliveira settlement linked to the MST. The investigation is based on what the settlers and settlers inform that are inserted in this rural settlement. The research has a descriptive qualitative approach, and the construction of the research corpus took place based on participant observation during living with the settlers for a period of fifteen days, elaboration of a field notebook with observations made from the relationship with practically all of the population. community, in addition to semi-structured interviews with 11 residents of the settlement during my stay. The interpretation of the collected material was based on the guidelines for the analysis of categorical content. The results suggest that the settlement proposes a self-managed organization. The community is managed collectively, issues of interest to the settlement, whether related to work organization, definition of nucleus coordinators, pedagogical issues, etc., are all discussed in assemblies. Although, in principle, everyone has equal rights, there are those who consider themselves to be discredited, but not to the point of compromising interpersonal relationships and the organizational structure. In relation to the living conditions in Osvaldo de Oliveira, the infrastructure is evidently compromised due to the lack of own resources, which is mainly strengthened by the few actions by the government to generate more quality of life, such as basic sanitation, electricity generation, telecommunication and transport.

Keywords: Self-management. Settlement. MST. Work Organization. Participant Observation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Placa de identificação na entrada do assentamento	18
Figura 2 – Sede da Liga Camponesa (SAPP)	29
Figura 3 – Estrutura organizacional do MST	43
Figura 4 – Estrutura organizacional dos setores do MST	43
Figura 5 – Vista panorâmica do acampamento Osvaldo de Oliveira	46
Figura 6 – Registro do caderno de campo	79
Figura 7 – Casa da militância em Córrego do Ouro - Macaé/RJ	80
Figura 8 – Tipo de casa do assentamento (barraco)	84
Figura 9 – Área interna do barraco	85
Figura 10 – Poço artesiano (cacimba)	86
Figura 11 – Assentado carregando as compras feitas no mercado	87
Figura 12 – Transporte escolar da prefeitura	88
Figura 13 – Feijão para ser debulhado (batido)	91
Figura 14 – Trabalho de debulhar (bater) o feijão manualmente	92
Figura 15 – Colheita de feijão	93
Figura 16 – Reunião de núcleo de base	98
Figura 17 – Barracão da resistência	99
Figura 18 – Preparação do alimento no fogão a lenha	100
Figura 19 – Banheiros do barracão da resistência	101
Figura 20 – Escala de permanência diária no barracão	102
Figura 21 – Registro de anotação de horas trabalhadas	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Painel de Assentamentos no Brasil	38
Quadro 2 – Modalidade de projetos de assentamentos	39
Quadro 3 – Teses e Dissertações Analisadas.....	63
Quadro 4 – Perfil das Pessoas Entrevistadas	71
Quadro 5 – Categorias Temáticas de Análise	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CAPES	Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLOC	Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EES	Empreendimento de Economia Solidária
EUA	Estados Unidos da América
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
LC	Liga Camponesa
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAF	Núcleo dos Agricultores Fluminenses
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PU	Plano de Utilização
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária

SINDIPETRO/RJ	Sindicado dos Petroleiros do Rio de Janeiro
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TRF	Tribunal Regional Federal
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UPAF	Unidade de Produção Agroecológica Familiar
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

FRUTO DA IMIGRAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 PERGUNTA DE PESQUISA	22
1.2 OBJETIVOS	22
1.2.1 Geral.....	22
1.2.2 Específicos	22
1.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	22
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	24
1.5 ORGANIZAÇÃO GERAL DA DISSERTAÇÃO	25
2 A(S) ORIGEM(NS) DO MST	27
2.1 A LIGA CAMPONESA	27
2.2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST ...	32
2.2.1 PRESENÇA DO MST NO TERRITÓRIO NACIONAL	37
2.2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MST HOJE	40
2.2.2.1 O ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA	45
3 REFERENCIAL TEÓRICO	48
3.1 REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	48
3.2 APRESENTANDO CONCEITOS.....	49
3.2.1 AUTOGESTÃO.....	50
3.2.2 POLITECNIA	54
3.2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	57
3.3 TRABALHOS REALIZADOS ANTERIORMENTE	61
4 METODOLOGIA	70
4.1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	70
4.2 MÉTODO DE COLETA DE DADOS UTILIZADO	72
4.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE TEMÁTICA.....	73
5 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	78
5.1 NARRATIVA DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	78
5.1.1 IMPRESSÕES ACERCA DO ACESSO AO ASSENTAMENTO	79
5.1.2 IMPRESSÕES ACERCA DO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES DE VIDA... 82	
5.1.3 IMPRESSÕES ACERCA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	89

5.1.4	IMPRESSÕES ACERCA DAS ATIVIDADES DE TRABALHO	89
5.2	FORMAS DE ORGANIZAR, EXECUTAR E REMUNERAR O TRABALHO .	94
5.2.1	FORMA DE ORGANIZAR	94
5.2.2	FORMA DE EXECUTAR	103
5.2.3	FORMA DE REMUNERAR.....	105
5.3	FORMAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO.....	108
5.4	COOPERAÇÃO NAS ATIVIDADES DE TRABALHO	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
	APÊNDICE A – Roteiro para observação participante	126
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista - com coordenador(a)	127
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista - com assentado(a).....	129
	APÊNDICE D – Carta de Agradecimento.....	131
	ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido	132

FRUTO DA IMIGRAÇÃO

Sempre ouvimos que a mecanização do campo, o aumento dos latifúndios, seja para exploração com monocultura ou criação de gado, por exemplo, reduziram os postos de trabalho e induziram o camponês a se deslocar das zonas rurais para as áreas urbanas.

Estes camponeses acreditavam que com este ato, poderiam ter acesso a novas oportunidades de trabalho, melhores condições de sobrevivência e principalmente alimentavam um sonho de prosperar e ter mais qualidade de vida para si e sua família.

Infelizmente, ainda hoje este é o motivo, pelo qual muitos decidem abandonar o campo para buscar melhores oportunidades nas áreas urbanas.

Inseridos nesse contexto, a pouco mais de cinquenta anos, um casal de agricultores, Osmar e Maura, decidiram deixar o campo. Saíram do distrito de Laranjais, no município de Itaocara, no noroeste do estado do Rio de Janeiro e migraram para cidade do Rio de Janeiro.

Sua decisão tinha como principal objetivo dar a seus três filhos, melhores condições de vida e a possibilidade de ter mais oportunidades para estudar. Chegaram a Copacabana com os filhos bem pequenos, duas meninas e um menino.

A criança mais velha que se chama Osmaura, união pitoresca de Osmar, do pai, e Maura, da mãe, que acabou ganhando o apelido de ficar conhecida por Mara, tinha três anos de idade, o menino dois anos e a mais nova, Leila, de apenas um ano de vida. Ele, o pai foi trabalhar como zelador. Ela, a mãe trabalhava como diarista para ajudar a melhorar a renda da família.

Naquela época, era muito comum o zelador residir no prédio onde trabalhava e isso facilitava bastante a vida, pois não se tinha despesas com moradia, água, luz e gás. Mesmo assim nada foi fácil.

Os três filhos puderam estudar. O ensino público naquela época ainda gozava de certa qualidade, mas por circunstâncias da vida, apenas o menino muitos anos depois do que seria a trajetória normal de um estudante, só aos quarenta e nove anos de idade, conseguiu iniciar o curso de graduação em administração e em seguida o mestrado na mesma área.

Esse menino sou eu e essa é uma pequena parte da minha história.

Mesmo não tendo crescido no campo, sempre alimentei uma simpatia muito grande pelo ambiente rural, sua população e suas lutas.

A possibilidade de realizar uma pesquisa de mestrado, estando imerso no próprio ambiente investigado, me entusiasmou e me proporcionou uma experiência singular.

Esse sentimento foi o fio condutor que me dirigiu a esta pesquisa e também me possibilitou retornar, ainda que por um breve tempo, a um ambiente que fez parte da vida dos meus pais.

Conectar-me com pessoas simples, que não precisam de muito para sentir-se realizadas, que na simplicidade de suas vidas, trabalham arduamente para sobreviver e oferecer a sociedade alimentos saudáveis e que muitas vezes são ignoradas por esta mesma sociedade e também pelo poder público, foi gratificante.

Ademais, eu precisava conhecer e compreender a autogestão como forma de organização do trabalho, e como ela tem contribuído para que esses bravos camponeses resistam e que acima de qualquer dificuldade, lutem para permanecer no campo.

Eles fazem isso por amor ao campo, a vida rural e principalmente pela preservação de sua origem.

Eu sou fruto desse cenário socioeconômico, em que o campo foi e continua sendo submetido. A realidade é dura e cruel. Os pequenos agricultores continuam desassistidos ainda hoje, mesmo após mais de cinquenta anos passados em que meus pais se retiraram do campo.

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar o mestrado, eu tinha definido que minha pesquisa se desenvolveria em um assentamento de reforma agrária, porém naquele momento, não possuía nenhum contato que pudesse facilitar minha inserção, e nem ao menos um local definido para realizar a pesquisa de campo.

A figura 1 mostra a entrada do assentamento onde a pesquisa foi realizada.

Figura 1 – Placa de identificação na entrada do assentamento



Fonte: Acervo próprio

Eu não carregava comigo nenhum conhecimento acerca da estrutura, funcionamento e condições de vida dentro de um assentamento de reforma agrária. Foi uma verdadeira e prazerosa experiência vivida em total desconhecimento do território e de sua população.

Em maio de 2018, estive no Espaço Terra Crioula que fica na Rua da Lapa e ali fiz meu primeiro contato com a Diretora Estadual de Produção e Saúde do MST/RJ, a partir desse contato foi possível articular outras conversas que foram importantes para orientar a pesquisa.

Com base no objetivo de pesquisa proposto, que é investigar como se aplicam os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária na organização do trabalho em um assentamento ligado ao MST me indicaram o assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé/RJ, pois ele estaria dentro do contexto da pesquisa.

Para além do meu interesse pela pesquisa em um assentamento de reforma agrária, é importante destacar, que desde a década de 1950 questões como, a urbanização do campo, relações de trabalho na agricultura, cooperativas agrícolas, campesinato, reforma agrária, trabalho associado entre outros, em certa medida bastante relevantes, tem estado presente na agenda de discussões da academia.

Analisar a organização do trabalho no campo implica, em lidar com processos que envolvem atividades de trabalho como: as tarefas que devem ser realizadas, quem deverá executá-la, horário para início e encerramento delas, forma de remuneração e como se controlam os processos.

Com o objetivo de responder, como se organiza o trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira sob a perspectiva da autogestão, politecnia e economia solidária? Buscou-se Investigar, como se aplicam estes conceitos na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST. O que informam os assentados e as assentadas que estão inseridos nesse assentamento rural.

O campo empírico escolhido para tal investigação foi o assentamento Osvaldo de Oliveira, localizado no distrito de Córrego do Ouro no município de Macaé, na região norte do Estado do Rio de Janeiro, onde pude conviver com as famílias assentadas, por um período de quinze dias ininterruptos, buscando apreender como eles estabelecem a organização do trabalho coletivo, de acordo com a orientação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir das transformações de ordem social, econômica, política e ideológica que ocorreram no mundo do trabalho, nos países capitalistas.

Tais transformações podem ser observadas a partir do contexto da execução do trabalho no sistema taylorista-fordista de produtividade, quando se percebe que o mesmo demonstra sinais de ineficiência na extração da capacidade produtiva do trabalho e seus meios de controle (ANTUNES, 2009).

Partindo dessa perspectiva, o capitalismo moderno encontra-se mergulhado em uma crise estrutural do capital e tenta se reorganizar a fim de retomar seu ciclo de acumulação. Isso repercute de forma deletéria nas condições de vida e organização da classe trabalhadora, desvelando um cenário político e econômico que tende acarretar o agravamento de questões sociais. Além da regressão dos direitos trabalhistas, busca-se a mudança nesse cenário (MÉSZÁROS, 2010).

Se por um lado essa conjuntura socioeconômica concorre para o esvaziamento do campo, devido à modernização da agricultura, por outro lado, abre espaço para fomentar a reforma agrária popular e trazer a lume uma proposta de articular formas de organizar o trabalho no campo. Com essa base social surge o MST propondo o trabalho coletivo e autogestionário em detrimento do modelo heterogestionário: “[...] os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião etc [...]” (CONCRAB, 1998, p. 26).

Na autogestão, segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), as decisões nos empreendimentos são tomadas coletivamente e não concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto, é um padrão organizativo que harmoniza propriedade e controle dos meios de produção aliados à gestão democrática (BRASIL, 2015).

Em contraponto, na heterogestão organização burocrática, hierarquizada e hegemônica, a lógica se dá a partir do controle pela minoria se impondo sobre a maioria, e que reflete o modelo de produção capitalista de divisão de classes, onde as classes dominantes apostam em estratégias para passividade dos sujeitos coletivos (FARIA, 2013).

Quanto à fundamentação teórica, lançamos mão dos conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária, que foram utilizados para balizar o desenvolvimento de outras pesquisas, que investigaram a organização do trabalho em cooperativas constituídas em outros assentamentos de reforma agrária no território nacional.

Começaremos essa discussão mapeando a trajetória dos movimentos rurais e a atualidade do MST, apresentando um breve histórico acerca da Liga Camponesa (LC), tido como a gênese da luta do camponês pela reforma agrária, direitos sociais e melhores condições de trabalho para o homem do campo e também como precursor do MST.

Em seguida abordamos a origem e a atuação do MST em nível nacional e regional. De forma mais objetiva, nossa pesquisa analisará a organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira, localizado na cidade de Macaé no estado do Rio de Janeiro.

Para além da contextualização histórica e atual do MST, o que nos interessa é observar a organização do trabalho em um assentamento de trabalhadores rurais, estruturado e coordenado pelo MST, a fim de encontrar indícios de que sua administração se dá de forma coletiva.

Considerando que, a organização do trabalho é fundamental para o bom funcionamento das atividades realizadas no assentamento e que, para que isso ocorra se faz necessário que haja algum tipo de controle sobre sua execução.

Interessa-nos num primeiro momento, discutir como o assentamento controla o processo de organização do trabalho, e se, e como o controle sobre a execução dentro do assentamento encontra-se compatível com os fundamentos autogestionários.

Ademais, o que também se pretende é discutir, como o trabalhador está integrado ao ambiente e a organização coletiva do trabalho no assentamento.

Afora os sujeitos inseridos no objeto de investigação desta dissertação, serem demonizados e desassistidos pela sociedade, pela comunidade acadêmica e também pelo poder público, ainda assim, nós optamos por reproduzir literalmente suas falas nos fragmentos considerados na análise dos dados, respeitando totalmente a maneira de se expressar daquela população e evitando qualquer interferência no seu modo de comunicação.

1.1 PERGUNTA DE PESQUISA

Como se organiza o trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira sob a perspectiva da autogestão, politecnia e economia solidária?

1.2 OBJETIVOS

Considerando a pergunta de pesquisa apresentada, detalhamos a seguir o objetivo geral e os objetivos específicos da dissertação.

1.2.1 Geral

Investigar como se aplicam os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST.

1.2.2 Específicos

- Mapear a trajetória dos movimentos rurais e a atualidade do MST;
- Discutir como o assentamento controla a organização do trabalho;
- Discutir como o trabalhador está integrado ao ambiente e a organização coletiva do trabalho no assentamento.

1.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção, explicamos como se deu a seleção do local de investigação, o recorte espacial, apontamos o aporte teórico utilizado, além de especificar como esta pesquisa se difere de outras pesquisas que abordam o mesmo local investigado.

Assim, fizemos um recorte espacial, tendo em vista que os sujeitos estão inseridos no contexto desse Movimento em nosso Estado. Especificamente a pesquisa foi desenvolvida no assentamento Osvaldo de Oliveira, localizado no distrito de Córrego do Ouro, em Macaé, região norte do estado do Rio de Janeiro.

A escolha do local de investigação não ocorreu de forma aleatória. A opção por fazer a pesquisa nesse assentamento é resultado de reuniões com a senhora Iranilde de Oliveira Silva, Coordenadora da Direção Estadual de Produção e Saúde do MST/RJ.

Nestes encontros, apresentamos nosso projeto de Dissertação de Mestrado, que foi muito bem recebido pela coordenadora e também foram momentos de esclarecimento das dúvidas que foram surgindo a cada encontro.

Após análise desse projeto, feita pela Direção Estadual do MST/RJ, esta indicou que fizéssemos a pesquisa no assentamento Osvaldo de Oliveira, tendo em vista que este, pela sua estrutura, organização e constituição se alinham com a proposta da pesquisa.

O modelo desse assentamento é classificado como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que tem como requisito precípua “a valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária” (BRASIL, 2006, p. 20). Portanto, é o que se enquadra no objetivo dessa pesquisa, justificando assim a opção pelo estudo do assentamento Osvaldo de Oliveira.

Esse assentamento foi o primeiro assentamento no modelo PDS criado no estado do Rio de Janeiro, como forma de organização e resistência das famílias camponesas do MST (SILVA; SOUZA; VIEIRA, 2016).

Como dito na introdução, os conceitos utilizados para fundamentar o desenvolvimento desta dissertação são: autogestão, politecnia e economia solidária. Tendo em vista que outros trabalhos, conforme Quadro 3 (p. 63), já se utilizaram do mesmo aporte teórico, para investigar a organização do trabalho em cooperativas constituídas em assentamentos no território nacional, onde pode-se encontrar um modelo de gestão empresarial bem estabelecido.

Desta forma lançamos mão dos mesmos conceitos, para pesquisar um assentamento que não está estruturado, como uma cooperativa como foi objeto de estudo de pesquisas anteriores.

No levantamento feito no banco de Teses e Dissertações da CAPES, identificamos dois trabalhos que foram realizados, tendo como tema o mesmo assentamento que ora investigamos.

De antemão, esclarecemos que nossa pesquisa tem como viés a organização do trabalho no Osvaldo de Oliveira o que difere da realizada por Diego Rangel Fraga (2019) e Dayse Maria da S. C. de Oliveira (2018) que também pesquisaram o mesmo assentamento.

Em sua pesquisa, Fraga (2019) aborda a construção e implantação do assentamento no modelo PDS. Já Dayse Oliveira (2018), constrói sua narrativa com uma abordagem acerca dos modelos de assentamentos já existentes no cenário nacional e em particular o modelo PDS e seu processo organizativo na dimensão econômica, política e ambiental de um assentamento rural agroecológico.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Este é um tema que oferece a possibilidade de diversos vieses para estudos acadêmicos.

Sua relevância consiste em dar visibilidade aos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, por vezes ignorados pela sociedade e pela literatura em administração, mas que, no entanto, são extremamente importantes para cultura, sociedade e economia, seja de ordem municipal, estadual ou nacional.

Além disso, e talvez mais importante, seja discutir como esses sujeitos interagem e como organizam a atividade de trabalho a partir do conceito de autogestão.

Para além da perspectiva dos estudos organizacionais, essa pesquisa se torna relevante no sentido de que seu resultado, poderá contribuir de maneira que tanto o MST quanto os administradores, possam se beneficiar com a possibilidade de apontamento de melhorias na organização dessas atividades, a partir da perspectiva de um administrador quando da observação das atividades realizadas diariamente pela comunidade do assentamento.

Para os acadêmicos, considerando que o ambiente rural e a proposta de reforma agrária são espaços de investigação, que também oferecem a possibilidade de amplo debate, que não se restringe apenas ao campo da sociologia, ciências políticas e sociais, geografia e história entre tantos outros caminhos.

Na órbita destes espaços sociais, encontram-se as organizações sindicais rurais, que também necessitam se adequar a uma nova realidade presente no campo. Enquanto que a sociedade ampliada, precisa conhecer e voltar seu olhar para um extrato da sociedade, que trabalha arduamente para além de oferecer o alimento necessário a população, também contribui para a melhora da saúde da população, na medida em que disponibiliza alimentos livres de agrotóxicos.

Ademais, possibilitará aos governos municipal, estadual e federal melhorar sua participação no desenvolvimento e na viabilização de políticas públicas, sociais e trabalhistas mais adaptadas à realidade camponesa brasileira.

Destarte, esta dissertação mostra o cenário em que estão inseridos, trabalhadoras e trabalhadores dependentes das ações do poder público. Sendo importante para acelerar a aplicação de políticas, para melhorar a infraestrutura do local, com incentivos financeiros para construção de moradias e financiamento da produção, que constam da cartilha de criação do assentamento classificados como os direitos dos moradores (BRASIL, 2006).

1.5 ORGANIZAÇÃO GERAL DA DISSERTAÇÃO

Essa dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro foi dedicado à apresentação de sua estrutura. Inicialmente, divido brevemente com o leitor minha origem e a motivação para escolha de pesquisa, em seguida apresento uma introdução na qual contextualizamos o cerne do estudo. Na sequência apresento os objetivos, delimitação e relevância.

O segundo capítulo traz a trajetória dos movimentos rurais, a origem do MST, sua estrutura e participação atual em nível nacional e também regional, além de apresentar o local de desenvolvimento da pesquisa.

O terceiro está destinado ao referencial teórico, que abarca os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária.

No quarto, a metodologia utilizada, as fontes consultadas e como se deu o acesso a elas. Também abordamos a seleção dos entrevistados, composição das categorias de análises e a construção dos roteiros de entrevistas semiestruturadas.

O quinto capítulo está reservado para a apresentação da observação participante, análise e tratamento dos dados, quando procuramos fazer a conexão das falas dos entrevistados com os conceitos balizadores da pesquisa.

Por fim, no sexto capítulo apresentamos as considerações finais e possíveis sugestões de trabalhos futuros.

2 A(S) ORIGEM(NS) DO MST

Neste capítulo, de maneira superficial discorreremos acerca da trajetória dos movimentos rurais nacionais. Nele abordaremos a origem do MST e seus ideais que se encontram imbricados com os ideais das Ligas Camponesas (LC). O que é o MST, sua organização e estrutura. Também apresentaremos um mapa com a distribuição de assentamentos rurais no território nacional.

Além disso, com este capítulo atendemos um dos objetivos específicos que é mapear a trajetória dos movimentos rurais e a atualidade do MST.

Para melhor entendermos a origem desse Movimento, iniciamos com um breve histórico das LC, tendo em vista ser esse Movimento o precursor ideológico do MST (STEDILLE, 2012).

Ao abordarmos a LC não temos a intenção de vinculá-la à crise estrutural do capital mencionada anteriormente, mas nosso intuito é apenas mostrar, ainda que de forma simbólica sua importância para o surgimento do MST, de acordo com um de seus fundadores.

Quanto ao MST, sua origem se dá dentro de um contexto em que o mundo do trabalho começa a sofrer as transformações que mencionamos e que sugere a inserção de novos conceitos de organização do trabalho, como, autogestão, politecnia e economia solidária, que debateremos nesta dissertação e que foram em boa medida absorvidos pelos trabalhadores rurais.

2.1 A LIGA CAMPONESA

A historiografia brasileira relata a existência de diversos movimentos de mobilização do trabalhador rural, coexistindo na década anterior ao golpe civil-militar de 1964, como por exemplo, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Liga Camponesa (LC), além da Comissão Pastoral da Terra (CPT), já no período da ditadura, apenas para citar alguns (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Dentre esses movimentos destacamos as LC que, mesmo estando deslocado no tempo, seu legado de lutas e resistência no campo, ainda hoje repercute e contribui para a organização da classe trabalhadora rural.

Constitui-se em um dos atores importantes na construção dessa pesquisa, tanto pela capacidade de reunir de forma organizada, os trabalhadores rurais em torno da reivindicação dos direitos trabalhistas quanto pela dos direitos sociais.

Elas surgiram na década de 1940, formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), porém foram quase suprimidas na sua totalidade devido ao fato do partido ter sido colocado na ilegalidade (PORFÍRIO, 2013).

Para alguns, elas eram vistas como símbolo de resistência e lutas de parte da sociedade, para outros, a atuação desse movimento no Nordeste brasileiro era considerado como avanço do comunismo no país (NATIVIDADE, 2018; PORFÍRIO, 2013).

De acordo com Moraes (1997), eram as únicas organizações que se dedicavam a questão do trabalho no campo, e até 1947 mantiveram uma mobilização organizada dos trabalhadores agrícolas em quase todos os estados do Brasil, mas que foram extintas, em sua maioria, devido à repressão sofrida pelo partido e por esse ter sido posto na ilegalidade em 1947.

Todavia, essa estrutura organizativa é retomada entre 1954 e 1955, em Pernambuco, sendo a LC da Iputinga, o ponto de partida (JESUS, 2011). Posteriormente, devido a conflitos ocorridos entre o proprietário do Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, e seus arrendatários, foi fundada a LC da Galiléia, esse nome, segundo Santiago (2004) foi dado pela imprensa. Este movimento esteve atuante até o ano de 1964.

Nas palavras de Stedile (2012, p. 12), “as Ligas se inserem como o mais importante movimento social camponês organizado pelo povo brasileiro na década de 1960”.

Para Francisco Julião (2012), principal líder das Ligas, Liga é,

[...] a união de todos os teus irmãos. [...] É o povo marchando, é o capanga fugindo. [...] É a justiça nascendo. E a liberdade chegando. Com a Liga nos braços. E o sindicato nas mãos. [...] O teu caminho é o sindicato. O operário já tem. Mas tu ainda não tens. (JULIÃO, 2012, p. 198-199).

Igualmente, a organização que efetivamente se destacaria como símbolo dessa luta, foi fundada em 01 de janeiro de 1955 e foi oficialmente denominada de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) (CAMARGO, [19--?]).

A figura 2 mostra uma reunião de agricultores na sede da SAPPP em Pernambuco.

Figura 2 – Sede da Liga Camponesa (SAPP)



Fonte: Revista O Cruzeiro (1961)

Essa se manteve ativa até 1964 como movimento social de reforma agrária e reivindicação de direitos humanos básicos (CAMARGO, [19--?]).

Como descreve Callado (1960), esses direitos conferiam ao camponês o mínimo de dignidade humana:

O pessoal do Galiléia, como de todo o interior, tem uma grande preocupação com a morte, e, para me darem agora, uma idéia da miséria que lá campeava há quatro me disseram: A gente já enterrava defunto com mortalha de papel (SIC), (CALLADO, 1960, p. 34).

Sendo ameaçados de serem expulsos das terras onde trabalhavam, os camponeses recorrem ao advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião Arruda de Paula, que imediatamente abraça a causa em defesa dos foreiros (PORFÍRIO, 2013).

Com a ajuda do PCB, idealizadores das Ligas, Julião passa a ser reconhecido nacionalmente pelo seu envolvimento com a causa dos camponeses e da reforma agrária, tornando-se seu articulador e líder principal, porém esse Movimento atuava dentro de um contexto de instabilidade política no país e no mundo (PORFÍRIO, 2013).

Nesse período, o mundo tinha como pano de fundo a Guerra Fria. Denominação dada ao período pós 2ª Guerra Mundial devido à divisão do mundo em dois blocos: o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e o bloco socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (PORFÍRIO, 2013).

Os EUA criam em 1961, como parte da política externa do governo do presidente John F. Kennedy, dois programas de ajuda ao desenvolvimento de países subdesenvolvidos da América Latina (AZEVEDO, 2007; NATIVIDADE, 2018).

A Aliança para o Progresso que era uma ação governamental, com a finalidade de ajudar financeiramente, e os Corpos da Paz, que envolvia a sociedade americana, pois se tratava de formar jovens voluntários e enviá-los a essas nações e assisti-las nas áreas da saúde, educação, entre outras necessidades da sociedade local. Porém esses programas tinham um viés ideológico, com o objetivo de frear os movimentos revolucionários que despontavam na ocasião (AZEVEDO, 2007).

No Brasil, essas ações destacaram-se no Nordeste, devido a sua realidade miserável e principalmente pelo surgimento das LC. Nesta região, a Aliança para Progresso aplicou verbas consideráveis, que foram administradas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através de uma cooperação técnica entre estas organizações para promover o desenvolvimento local (AZEVEDO, 2007).

Como o campesinato brasileiro demonstrava claramente uma posição revolucionária, e sua liderança alinhada aos princípios da revolução cubana, e tendo o presidente João Goulart um discurso reformista, esses fatos contribuíram para que o governo dos EUA se posicionasse em favor do golpe civil-militar de 1964 (PORFÍRIO, 2013).

Diante desse cenário, tanto a Aliança para o Progresso, quanto os Corpos da Paz passaram a ter como objetivo, impedir que o comunismo ganhasse espaço no Brasil, apoiando um movimento sindical mais eficiente e responsável em oposição às LC (AZEVEDO, 2007).

Tamanha era a preocupação com o desenrolar desses eventos, que fez com que o governo norte americano mirasse seus holofotes para o Brasil, pois temia que as LC pudessem levar o Brasil a uma revolução camponesa, tendo Cuba como referência, uma vez que Francisco Julião tinha estreitas ligações com Fidel Castro, principalmente após sua visita àquele país (PORFÍRIO, 2013).

Quando Julião retornou ao Brasil, passou a defender as ideias do líder cubano, para aplicação delas nos países da América Latina (SALES, 2005).

A partir do golpe civil-militar de 1964, o país passou a viver sob uma Ditadura Militar e forte repressão aos movimentos sociais, que conseqüentemente contribuiu para que as LC fossem extintas (STEDILE; FERNANDES, 1999; FERNANDES, 2001).

A partir de 1964 e até o ano 1984, vivemos sob o regime de Ditadura Militar, em que se reprimiu veementemente a formação de movimentos em defesa do trabalhador rural, e qualquer outra forma de resistência a política ditatorial vigente (FERNANDES, 2001).

A mudança neste cenário, somente aconteceu após 20 anos de ditadura, quando encerrou o regime militar no país, conforme relata Fernandes (2001, p. 93) “as lutas organizadas dos camponeses e dos operários da cidade retomavam suas potencialidades”.

Contudo, entre 1979 a 1985, um Movimento estava em gestação. Os trabalhadores rurais se articulavam no sentido de se (re)organizarem para novas lutas, resistências e reivindicações de melhorias na forma de organização do trabalho, nas relações de trabalho e na obtenção de direitos sociais. Surgia então o MST (FERNANDES, 2001), como veremos na sequência.

2.2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

Como vimos anteriormente, o país estava saindo de um longo governo ditatorial. A sociedade começava a respirar ares de liberdade e ansiava por novas lideranças e novas organizações.

Nesse contexto, novos movimentos sociais começam a se desenvolver, e há um entre esses que nos interessa particularmente. O MST. Que retoma a antiga agenda de reivindicação dos trabalhadores rurais, qual seja, reforma agrária, melhores condições de trabalho no campo e direitos sociais.

Como consequência da resistência camponesa, em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra na década de 1950, quando o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)¹ organizara os acampamentos na região (FERNANDES, 2001).

Conforme Fernandes (2001) descreve, o MST foi sendo constituído a partir da

[...] interação com outras instituições, especialmente a igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aprendendo com história da formação camponesa, na sua caminhada o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam (FERNANDES, 2001, p. 47).

Em 1984, os trabalhadores rurais organizam o 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná e ali decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (MST, [19--?]).

Surge então o MST, erguendo a mesma bandeira da reforma agrária e reivindicando melhorias na relação trabalhista no campo. Assume que sua origem se deu a partir das LC e, portanto, se considera seu herdeiro natural. Afirmação feita pelo próprio movimento e reiterada por João Pedro Stedile, principal representante do movimento (STEDILE, 2012).

¹ O MASTER surgiu no final da década de 1950, fruto da resistência de 300 famílias em Encruzilhada do Sul. Ao contrário das Ligas Camponesas estes trabalhadores não estavam resistindo para não sair da terra, mas para ocupar terras. O MASTER permaneceu no cenário da luta pela reforma agrária até 1964 (FERNANDES, 2001 p. 34).

Segundo João Pedro Stedile (2012), o MST tem sua origem nas bases ideológicas das LC.

Para Siqueira (1998), o trabalho rural no Brasil é marcado pela coexistência de grandes disparidades, no que se refere ao acesso a terra, às relações de produção, à tecnologia utilizada, o valor e destino da produção.

De acordo com Lacerda e Carvalho (2011):

A agricultura de subsistência, por exemplo, bem como atividades extrativistas e a pesca artesanal, cujos produtos são responsáveis pelo abastecimento de uma parcela significativa da população, continuam baseadas no trabalho familiar e informal, nos limites da sobrevivência, não dispendo de apoio e facilidades por parte do poder público (LACERDA; CARVALHO, 2011, p. 77).

Nesse sentido, o MST tem participação importante na tentativa de mitigar essas desigualdades, promovendo, através da reforma agrária popular o aproveitamento de terras devolutas, com o assentamento de sem terras e sua utilização com agricultura familiar, conforme relata Souza (2017):

Para o MST, a reforma agrária dará oportunidades de trabalho, de renda, de educação, de cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a permanência da juventude. Nesse caso, a agroecologia será um marco histórico no desenvolvimento da agricultura familiar-camponesa (SOUZA, 2017, p. 85).

Destarte, no entendimento do MST, além da proposta de desapropriação dos latifúndios improdutivos, se faz necessário uma reorganização da produção agrícola, fundamentada em princípios agroecológicos, pois considera que esta seja imprescindível, para o estabelecimento de uma política ambiental e socialmente sustentável, capaz de prover a distribuição de riquezas, alimentos saudáveis, renda e principalmente, na recuperação e preservação do bioma nacional (OLIVEIRA, D., 2018).

Além disso, o MST propõe uma reforma agrária popular, que em certa medida, aflora dos desejos da classe trabalhadora brasileira na luta de classes, na questão agrária e no combate ao modelo econômico social hegemônico. Se por um lado a tríade, latifúndio, empresas transnacionais e capital financeiro, sugere que o latifundiário tradicional não se configure como inimigo atual, por outro, o Movimento entende que a reforma agrária não será alcançada somente com a desapropriação (OLIVEIRA, D., 2018).

De acordo com a reflexão de Antoniel Oliveira (2014), a reforma agrária popular do MST,

diferentemente da proposta da reforma agrária “clássica”² ou de mercado, indica medidas necessárias em relação a: democratização do acesso a terra, dos bens da natureza e dos meios de produção na agricultura; proibição da propriedade privada da água; a organização da produção no campo brasileiro; a reorganização de um novo modelo tecnológico da produção agrícola orientada pelo enfoque ecológico e participativo; o manejo sustentável da água e da irrigação; a garantia de políticas públicas agrícolas; o acesso à educação no campo; extensão da industrialização para o interior do país; o desenvolvimento da infraestrutura social que garanta a toda população rural oportunidades iguais e mudanças na estrutura administrativas, instituições públicas que atuam na agricultura e no meio rural (OLIVEIRA, A., 2014, p. 39-40).

Dessa maneira, o MST participa da construção de um modo de vida e trabalho, que se assemelha a agricultura camponesa ou familiar. Nesta, os valores, hábitos e economia em relação à natureza, apresentam de forma diferente a atividade agrícola comunitária, com base no trabalho familiar, diversificação na produção para fins comerciais e consumo próprio (SANTOS, J., 2011).

De acordo com Luca (2002), analisando as construções de identidades dos trabalhadores rurais em um assentamento, desvelou que a população era basicamente de pessoas das periferias das cidades.

² De acordo com Filippi (2005) o modelo de reforma agrária, dita “clássica”, é o da distribuição massiva de terras, modelo típico de reforma agrária implantada nos países centrais ao longo dos séculos XVIII até o período da Segunda Grande Guerra (1939-1945). Exemplos não faltam: a distribuição de terras entre a burguesia emergente e a plebe que construíram a república após a vitória na Revolução Francesa (1789), a reforma agrária bolchevique russa nos anos 1920, entre outros.

Sendo assim, os assentamentos podem ser classificados como aglomerações sociais, que abarcam a diversidade cultural dos integrantes deste grupo. Cada qual, com sua visão de mundo, constituição familiar, origem e cultura. Com expectativa de permanência de que o que é comum se intensifique no processo de organização do assentamento (SANTOS, J., 2011).

Giuliani e Castro (1996) ressaltam também, questões que consideram importantes, que são observadas nos assentamentos como sendo

um aspecto importante dos assentamentos ao qual nem sempre é dada a devida atenção, talvez por ser considerado óbvio: [é] o fato de que o assentamento é na realidade um processo político, social e cultural que passa necessariamente por diferentes fases, nas quais os diversos elementos e manifestações culturais sofrem mudanças devido à transformação do ambiente, das relações sociais e de vizinhança, das técnicas produtivas (GIULIANI; CASTRO, 1996, p. 142).

Conforme Giuliani e Castro (1996), podemos destacar três características presentes na formação dos assentamentos no Rio de Janeiro:

- a) as específicas condições do setor primário fluminense, considerado pouco expressivo e em franca decadência;
- b) a forte preponderância das cidades, sobretudo da metrópole Rio de Janeiro, sobre a vida social e econômica rural;
- c) as relações que os movimentos sociais rurais mantiveram com o governo do Estado e suas agências (GIULIANI; CASTRO, 1996, p. 144).

Na década de 1980, os movimentos de reivindicação e ocupação da terra, começaram a se rearticular, formando o primeiro assentamento no estado do Rio de Janeiro, resultado de uma ocupação em 1986 com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (SANTOS, J., 2011).

Naquele período, o próprio MST, avaliou que o Rio de Janeiro não era uma prioridade do Movimento, dado o grande peso do setor urbano, o que fazia com que a luta pela terra no estado, fosse conduzida por grupos de “sem teto” e não de “sem terras” (SANTOS, J., 2011).

Em 1988, ainda sem atuação do MST, surgiu o Núcleo dos Agricultores Fluminenses (NAF), como organização das lutas por terra no Rio de Janeiro. No mesmo ano, as lideranças dos assentamentos se unificaram, principalmente com apoio da CPT, e organizaram a Comissão de Assentados do Rio de Janeiro (GIULIANI; CASTRO, 1996).

Desde então, o MST se faz presente no estado do Rio de Janeiro, coordenando diversos assentamentos. Sua configuração no estado será apresentada mais adiante (SANTOS, J., 2011).

Com participação nacional, ligado internacionalmente à Via Campesina³ e vinculado continentalmente à Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC)⁴, o Movimento notabiliza-se pela persistência das ocupações como recurso planejado para cimentar a Reforma Agrária.

Nesse sentido, as ocupações, se constituem num enfrentamento essencial para alicerçar as conquistas dos Sem Terra, sejam pedagógicas ou sociais. Assim, “o ato de ocupar áreas improdutivas não é apenas um ato de coragem, é uma ação baseada na necessidade econômica e no desejo de se auto sustentar, a partir de seu próprio esforço” (SILVA, G., 2007, p. 54).

Para além, de contrapor o modelo econômico-social hegemônico, formado entre latifúndio, as empresas transnacionais e o capital financeiro que visam o lucro, “a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de fazer o que o Estado não faz. [...] uma nova lógica de organização do território, definida pelo interesse coletivo da maioria e não pela sede de lucros [...]” (BOULOS, 2012, p. 62-63).

Concluimos assim esse breve histórico acerca da origem do MST, que é um ator imprescindível nesta rede e que será auxiliar na compreensão do objeto desse estudo. Em seguida apresentamos a participação do MST no território nacional.

³ A Via Campesina é uma organização internacional, criada em 1993, que aglutina camponeses, trabalhadores sem-terra, povos indígenas, de todo o mundo. Defende a agricultura verdadeiramente sustentável como forma de prover a justiça social e dignidade. Declara-se contrária ao agronegócio e as multinacionais. É um movimento autônomo, pluralista e multicultural. Sua principal defesa é a soberania alimentar e a luta pelo impedimento do processo destrutivo neoliberal. Disponível em: <https://www.viacampesina.org/es/>

⁴ A Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) é uma instância de articulação continental, criada em 1994, que representa os movimentos camponeses, de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e negros de toda a América Latina. São 84 organizações, em 18 países da América Latina e do Caribe. A CLOC é parte da Via Camponesa Internacional. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/institucional/quienes-somos>

2.2.1 PRESENÇA DO MST NO TERRITÓRIO NACIONAL

Apresentar o espraiamento do MST pelo território nacional se faz necessário, para comprovar sua relevância na atuação em prol da reforma agrária, ocupação da terra por famílias de trabalhadores rurais e soberania alimentar.

Atuando em 24 estados da federação, o MST, além de promover a luta pela reforma agrária, também promove a educação, cultura, defesa dos direitos humanos e do meio ambiente (MST, [19--?]).

Hoje, o MST, tem sob sua coordenação em todo território nacional, 100 cooperativas, 96 agroindústrias, 1,9 mil associações e mais de 350 mil famílias assentadas, conforme dados disponíveis em seu site (MST, [19--?]).

Recentemente, o MST, obteve o título de maior produtor de arroz orgânico da América Latina, reconhecido pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), com uma produção total de 24.000 toneladas, colhido na última safra (SILVA, E., 2019).

Essa condição de maior produtor de arroz orgânico, deverá se repetir com uma colheita estimada de 15.000 toneladas para a safra 2019/2020, conforme prevê o próprio IRGA (MEDEIROS, 2020).

Em agosto de 2017 existia no estado do Rio de Janeiro 19 assentamentos organizados pelo MST, na região Norte e Sul Fluminense, Região dos Lagos e Baixada Fluminense (VERGARA, 2017).

No Estado do Rio de Janeiro são 5.882 famílias assentadas, distribuídas em 80 assentamentos e 177.638,43 (ha) de área de assentamento (INCRA, 2017).

Atualmente, no Estado do Rio de Janeiro, podemos tomar como exemplo de distribuição dos alimentos cultivados nos assentamentos, as feiras promovidas para comercialização dos produtos de reforma agrária do interior do Rio de Janeiro.

Como as que acontecem no Espaço de Comercialização Terra Crioula no bairro da Lapa, o Armazém do Campo na Av. Mem de Sá, Feira Estadual de Reforma Agrária Cícero Guedes, que acontece anualmente no Largo da Carioca, no centro da cidade do Rio de Janeiro e a Feira Regional de Reforma Agrária na cidade de Duque de Caxias, apenas para citar algumas (VERGARA, 2017, 2018; PITASSE, 2018; BRASIL, 2018).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 31/12/2017, havia no território nacional 972.289 famílias assentadas, 9.374 assentamentos reconhecidos e 87.978.041,18 (ha) de área de assentamentos. Estes números englobam a participação de todos os movimentos de ação no campo e estão distribuídos conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Painel de Assentamentos no Brasil

PAINEL DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL EM 31/12/2017			
ESTADO	Nº DE ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA DE ASSENTAMENTOS (ha)
ACRE	161	32.661	5.604.066,82
ALAGOAS	178	13.002	113.730,83
AMAPÁ	54	14.723	2.245.309,57
AMAZONAS	145	57.234	27.290.997,70
BAHIA	691	48.664	2.044.783,26
CEARÁ	457	21.587	916.172,98
DISTRITO FEDERAL	206	12.634	531.797,15
ESPÍRITO SANTO	92	4.165	50.797,75
GOIÁS	309	13.045	720.439,09
MARANHÃO	1.028	132.301	4.741.258,65
MATO G. DO SUL	204	27.764	716.212,19
MATO GROSSO	549	82.424	6.023.370,76
MINAS GERAIS	339	15.675	881.171,75
PARÁ	1.132	247.410	22.819.670,07
PARAÍBA	314	14.645	294.672,09
PARANÁ	329	18.772	429.771,28
PERNAMBUCO	616	33.960	617.055,79
PIAUI	499	31.169	1.391.243,64
RARAIMA	67	16.566	1.442.597,48
RIO DE JANEIRO	80	5.882	177.638,43
RIO G. DO NORTE	298	19.884	529.525,09
RIO G. DO SUL	345	12.413	294.194,28
RONDÔNIA	224	38.963	6.202.021,39
SANTA CATARINA	161	5.175	103.636,95
SÃO PAULO	275	17.194	348.729,76
SERGIPE	243	10.972	205.490,55
TOCANTINS	378	23.405	1.241.685,88
BRASIL	9.374	972.289	87.978.041,18

Fonte: Adaptação de dados do INCRA⁵

Como pode ser observado no Quadro 2 a seguir, existem diferentes modelos de assentamentos. Cada modelo com suas especificidades, de acordo com a forma de organização, região de implantação, público alvo, manejo do solo e tipo de cultivo.

⁵ Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

A partir desta classificação e com a orientação da Direção Estadual do Movimento/RJ, percebemos que o modelo de assentamento classificado como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que tem como requisito precípua “a valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária” (BRASIL, 2006, p. 20), é o que se enquadra no objetivo desta pesquisa, justificando assim a opção pelo estudo no assentamento Osvaldo de Oliveira.

Quadro 2 – Modalidade de projetos de assentamentos

DIFERENÇA ENTRE AS MODALIDADES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA					
PA - PAE - PDS - PAF - PCA - PDAS					
Passos de consolidação de Projetos de Reforma Agrária	Projeto de Assentamento PA	Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável PDS	Projeto de Assentamento Florestal PAF	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável PDAS
Iniciativa de criação	INCRA Pleito Movimentos Sociais Pleito Governos	Pleito de Entidade Organizada da área com ata anexa	INCRA Movimentos Sociais Órgãos Ambientais OBS: Devendo nos três casos haver um compromisso de gestão compartilhada entre esses três tipos de entidade	O INCRA, em conjunto com Ibama, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicará áreas próprias para implantação dos PAF's	As áreas serão adquiridas pelo INCRA por meio de compra e venda ou ainda doadas ou cedidas pelos governos estaduais e municipais
Público Alvo	Agricultor Tradicional	População tradicional ribeirinha, pescador, balateiro, castanheiro, seringueiro, babaçueiro, sisaleiro, etc.	Agricultor Tradicional que queira trabalhar em área de interesse ecológico, exemplo: Mata, Cerrado, etc. OBS: Só que trabalhará com uso racional dos recursos naturais, com manejo, extrativismo, piscicultura		
Responsabilidade da implantação e desenvolvimento dos projetos	INCRA	INCRA e Entidade organizada da PAE	INCRA, Órgão Ambiental pleiteante ou comprometido, e ONG's pleiteante ou comprometido com o projeto	Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso	O INCRA e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento

Fonte: Adaptação de dados do INCRA6

⁶ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>

Tais modalidades, cada qual com suas particularidades, visam adequar-se às diferentes aplicações das políticas públicas de reforma agrária.

A modalidade de PDS, criada pela Portaria/INCRA nº 477/1999, pode ser um avanço para a reforma agrária. Segundo esta regulamentação, tal projeto,

[...] visa atender anseio dos governos, dos movimentos sociais e das populações sem-terra no sentido de conciliar o assentamento humano de populações não tradicional⁷, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2006, p. 7).

No entendimento de Antoniel Oliveira (2014), o PDS pode ser um estratagema mais apropriado para reivindicação da terra, na luta pela reforma agrária e na (re)construção tanto do espaço camponês como de sua própria identidade de classe, uma vez que,

o que se pretende com o PDS é criar as condições para que o modelo agrícola possa ser alterado, introduzindo-se uma maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação, educação, o emprego rural, a segurança alimentar e nutricional, a fomentação da cultura e organização local, o acesso a direitos fundamentais e a conservação e restauração do meio ambiente (OLIVEIRA, A., 2014, p. 60).

Após discorrermos acerca da participação do MST no território nacional e sobre os modelos de assentamentos existentes, trataremos na sequência da estruturação do MST.

2.2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MST HOJE

Nesta seção, procuramos retratar como é a estrutura organizacional do MST. Sua composição para tomada de decisão e formação de seus assentamentos.

⁷ Observa-se a existência de informação contraditória em relação ao público alvo do PDS. No site do INCRA consta que essa modalidade de assentamento é destinada as “populações tradicionais”, e no Manual do PDS elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2006), tanto informa que se destinam as “populações tradicionais” quanto as “não tradicionais”. Diante dessa incoerência optou-se em utilizar como disposto no site da autarquia.

A partir do momento da determinação de que o latifúndio está destinado para desapropriação e formação de assentamentos, as famílias assentadas permanecem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem direitos básicos como: saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer, pois esses latifúndios possuem poucas benfeitorias e pouquíssima infraestrutura (MST, [19--?]).

Sendo sua dimensão nacional, o MST, organiza as famílias assentadas e acampadas numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no Movimento (MST, [19--?]):

Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres.

Da mesma forma nas instâncias nacionais. O maior espaço de decisões do MST são os Congressos Nacionais que ocorrem, em média, a cada 5 anos. Além do Congresso, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso.

Além desses espaços, as famílias também se organizam por setores para encaminharem tarefas específicas, que são organizados desde o nível local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado (MST, quem somos, [19--?], s/p).

De acordo com Fernandes (2001), a organização do MST é composta pelas seguintes instâncias:

- 1 - Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos e que tem como objetivo a definição de linhas conjunturais e estratégicas, bem como a confraternização entre os sem terra e com a sociedade;
- 2 - Encontro Nacional, realizado a cada dois anos para avaliar, formular e aprovar linhas políticas e os planos de trabalho dos setores de atividades;
- 3 - Coordenação Nacional, composta por dois membros de cada estado, eleitos no Encontro Nacional, um membro do Sistema Cooperativista dos Assentados de cada estado e por dois membros dos setores de atividades, que se reúnem de acordo com um planejamento anual. É responsável pelo cumprimento das deliberações do Congresso e Encontro Nacional, bem como pelas decisões tomadas pelos setores de atividades;

4 - Direção Nacional é uma representação composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional. As funções e divisão dos trabalhos dos membros da Direção Nacional são ratificadas pela Coordenação Nacional, que devem acompanhar e representar os estados, bem como trabalhar na organicidade do Movimento por meio dos setores de atividades;

5 - Encontros Estaduais, realizados anualmente para avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações do MST. Programam atividades e elegem os membros das Coordenações Estadual e Nacional;

6 - Coordenações Estaduais, compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais. São responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos setores de atividades e pelas ações programadas nos Encontros Estaduais;

7 - Direções Estaduais, são representações compostas por um número variável de membros indicados pelas coordenações estaduais. Seus membros também são responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, bem como pela organicidade e desenvolvimento dos setores de atividades;

8 - Coordenações Regionais, composta por membros eleitos nos encontros dos assentados, contribuem com a organização das atividades referentes às instâncias e aos setores;

9 - Coordenações de Assentamentos e Acampamentos, compostas por membros eleitos pelos assentados e acampados, são responsáveis pela organicidade e desenvolvimento das atividades dos setores.

10 - Na formação das instâncias de representação e dos setores de atividades, nos assentamentos e nos acampamentos, com maior ou menor vinculação, foram formados grupos de base. Esses grupos são compostos por famílias, por jovens ou por grupos de trabalhos específicos: educação, formação, frente de massa, cooperação agrícola, comunicação, finanças etc., que compõem a coordenação do assentamento. Assim, nesse processo de construção de forma em movimento, os sem terra construíram sua estrutura organizativa. Todavia, vale lembrar que essa estrutura está em constante transformação, conforme as necessidades da organização e desenvolvimento do MST. Desse modo, são nos assentamentos, nos acampamentos, nas secretarias, nas escolas, nas marchas, nas ocupações, nas diversas manifestações, nos encontros e congressos, nesses espaços, momentos e territórios de socialização e ressocialização que o MST materializa sua estrutura organizativa: das suas formas de organização das atividades e das instâncias de representação. E em todas elas, o sentido da organização é sempre por meio de comissões e de tomada de decisões coletivas. É importante destacar que não existem funções eletivas individuais, como presidente, tesoureiro, secretário etc. (FERNANDES, 2001, p. 184-185).

Esta organização pode ser mais bem visualizada na Figura 3, onde Garcia (2004) apresenta esta estrutura de forma mais sintética.

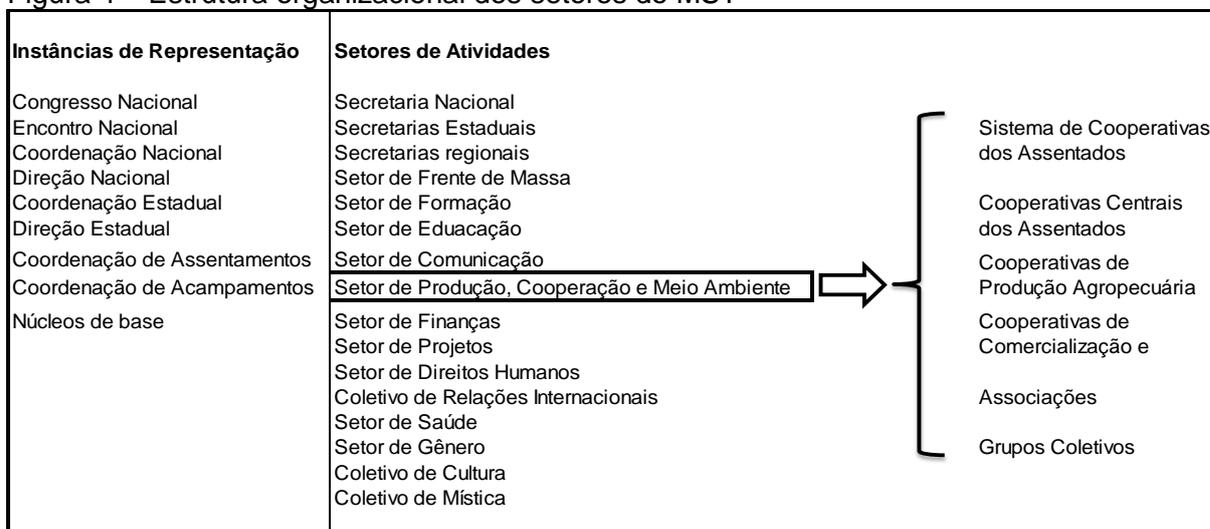
Figura 3 – Estrutura organizacional do MST



Fonte: Garcia, 2004, p. 162

Por sua vez, os setores (Figura 4), estão divididos em um total de 13 unidades. Sendo que o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente se divide em: Sistema de Cooperativas dos Assentados — Cooperativas Centrais dos Assentados — Cooperativas de Produção Agropecuária — Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços — Associações e Grupos Coletivos, conforme pode ser observado na Figura 4 a seguir.

Figura 4 – Estrutura organizacional dos setores do MST



Fonte: Adaptado de Fernandes, 2001, p. 246

O MST se utiliza de vários modelos de cooperativismo, como por exemplo, trocas de serviços, núcleos de produção, grupos semicoletivos e coletivos, associações, mutirões, cooperativas de prestação de serviços, de crédito e de produção agropecuária — Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) (MARCOS; FABRINI, 2010).

De acordo com Dal Ri e Vieitez (2004), no período entre 1989 e 1992, o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), cujo objetivo é construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista.

No relato de Stedile e Fernandes (1999), a CONCRAB⁸ surge a partir da construção do SCA, como estratégia de resistência frente às medidas repressoras do governo Collor de Mello, que acabou com as políticas públicas para o pequeno agricultor.

Conforme Marconi e Santos (2016) algumas cooperativas do MST, se baseiam em princípios solidários, ou seja, aplicam a autogestão de maneira diferenciada das cooperativas empresariais:

Primeiramente, a composição é de base social, sendo constituída, sobretudo, por trabalhadores rurais. Em segundo lugar, existe uma democracia interna, com a descentralização do poder entre seus associados. Em terceiro lugar, defendem objetivos políticos e econômicos que visam transformar a sociedade e melhorar as condições de vida dos associados (MARCONI; SANTOS, 2016, p. 177).

Desde o seu início, o MST, se pauta pela organização e participação das famílias nas tomadas de decisão das lutas, inserindo-as nesse diálogo e promovendo a conexão entre as instâncias, seja, regional, estadual ou nacional.

Nesse contexto, o assentamento Osvaldo de Oliveira encontra-se inserido em Grupos Coletivos no setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Nesse assentamento esperamos observar à práxis da autogestão e suas especificidades.

Na seção que se segue apresentamos a origem desse assentamento e também algumas informações preliminares do mesmo.

⁸ Fundada em maio de 1992, foi organizada pelo MST a partir de aproximadamente 55 cooperativas de produção e comercialização, que operam na base, e de sete cooperativas centrais estaduais. Tem por objetivo a representação política dos assentamentos ligados ao MST, bem como coordenar a organização da produção em todos os assentamentos (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 54).

2.2.2.1 O ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA

O assentamento Osvaldo de Oliveira⁹ surge a partir da ocupação da Fazenda Bom Jardim, pelo MST, em Córrego do Ouro, distrito serrano do Município de Macaé-RJ. Ocorrida em 7 de setembro de 2010. Com o objetivo de pressionar o governo federal para a desapropriação da área, que desde 2006 já havia sido considerada latifúndio improdutivo pelo INCRA e portanto, decretada como de interesse social, para fins de reforma agrária, publicado no Diário Oficial da União no dia 1 de Setembro de 2010.

Na ocasião, participaram da ocupação aproximadamente 300 famílias dos municípios de Rio das Ostras, Macaé, Cabo Frio e Casimiro de Abreu. Estando a fazenda situada numa região de mata atlântica, considerada área de conservação ambiental, fator que motivou e propiciou a proposta do modelo PDS para a constituição desse assentamento naquele local (MONTEIRO, 2014, p. 117).

No entanto, somente em 15/04/2014 uma Portaria da Superintendência Regional do INCRA/RJ, cria o Osvaldo de Oliveira, com área de 1.539,86 hectares e capacidade para abrigar 78 famílias (INCRA, 2014).

Este assentamento no modelo PDS, foi o primeiro assentamento deste tipo criado no estado do Rio de Janeiro, como forma de organização e resistência das famílias camponesas do MST (SILVA; SOUZA; VIEIRA, 2016).

⁹ Osvaldo de Oliveira foi um expoente ativista pela Reforma Agrária na região dos lagos, no Rio de Janeiro. Devido sua relevante colaboração no enfrentamento em favor da terra, o primeiro PDS do estado do Rio de Janeiro recebeu seu nome em sua homenagem.

A figura 5 mostra as famílias acampadas na fazenda Bom Jardim, aguardando a autorização para ocupação legal da área.

Figura 5 – Vista panorâmica do acampamento Osvaldo de Oliveira



Foto: Maria Amarela

Atualmente, 42 famílias estão assentadas no PDS, segundo dados da Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), emitido em 27/06/2019 (INCRA, 2019).

Sendo o PDS um assentamento, em que seu conceito principal é a titulação coletiva da terra, fato que impossibilita sua comercialização, contrapondo-se à propriedade privada, desta forma constrói-se, portanto,

[...] na concepção do MST – tomando como referências estudos sobre outros assentamentos no modo PDS que estão num período de maior amadurecimento – e em diálogo com os sujeitos envolvidos no assentamento Osvaldo de Oliveira, o PDS, para além de um projeto de produção agrícola em consonância com os princípios da agroecologia, é também um projeto de vida: o desenvolvimento econômico, social e ambiental são considerados de forma a promover um conjunto de ações que tragam benefícios para toda a coletividade, tanto do campo quanto da cidade. A preocupação com a preservação do meio ambiente, com a produção de alimentos saudáveis (sem uso de agrotóxicos e demais insumos químicos) e com a socialização coletiva da terra – na contramão do seu uso privado – expressam o avanço de uma participação consciente com valores que apontam potencialidades para uma consciência emancipada do individualismo [...] (OLIVEIRA, A., 2014, p. 65).

Portanto, este estudo intenciona trazer a lume os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária, a fim de analisar como eles coexistem no assentamento, e como o trabalhador rural estabelece a organização do trabalho coletivamente no seu dia a dia. Tal abordagem teórica é objeto do próximo capítulo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o propósito de oferecer o suporte teórico para o estudo, neste capítulo, desenvolveremos os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária. Além disso, também exploraremos em certa medida o caminho que contribuiu para a consolidação destes conceitos.

3.1 REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

A partir do início dos anos de 1970, novas transformações de ordem social, econômica, política e ideológica ocorreram no mundo do trabalho, tendo como causa a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2010).

No contexto da execução do trabalho, o sistema taylorista-fordista de produtividade, já dava sinais de ineficiência na extração da capacidade produtiva do trabalho e seus meios de controle (ANTUNES, 2009).

De acordo com este autor, encerrado o expansionismo do pós-guerra, iniciou-se a desregulamentação dos capitais produtivos, desencadeando uma crise de fortes dimensões, suficientes para desestruturar grande parte dos países do Terceiro Mundo, países pós-capitalistas do Leste Europeu e também alguns países asiáticos:

Portanto, em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do processo produtivo elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico [...] (ANTUNES, 2009, p. 35).

Para Antunes (2009), a crise estrutural do capitalismo dos anos 1970, somada a intensas transformações de ordem social, econômica, política e ideológica impactaram a classe trabalhadora e foi importante no processo de reestruturação do capital, recuperação da produção e também do trabalho.

Esta reestruturação produtiva, em boa medida, tende a afetar o trabalho no campo, com a introdução de novas formas de organização da atividade trabalho, novas práticas de produção, com o fomento tecnológico de insumos e maquinário.

De acordo com Eid e Neves (1998), a organização do trabalho é um conjunto de práticas, que articula o processo de trabalho e a força de trabalho ao capital e, portanto, devem-se considerar as necessidades técnicas e sociais.

Segundo Thomaz Júnior (2008), paradoxalmente ao aumento da produtividade do trabalho, ocorreu a retirada de famílias de camponeses, aumento da pobreza e concentração de renda.

Esses eventos, em certa medida, impulsionaram os trabalhadores rurais a se organizarem e lutarem pelo seu trabalho no campo. Suscitando novas formas de gestão, em particular a autogestão que incorpora a politecnia (este conceito será abordado na seção 3.2.2 adiante) (CHIARIELLO, 2012).

Abrange esferas de cooperação como economia solidária, trabalho associado entre outros, em que há a necessidade de planejar um projeto social, porém sem privilegiar especialistas como acontece na heterogestão, que reflete o modelo de produção capitalista de divisão de classes (CHIARIELLO, 2012).

Para Faria (2013), toda forma de organização requer um controle, seja uma gestão mais democrática, como autogestão (controle pela maioria), ou mais autoritária, como heterogestão (controle pela minoria se impondo sobre a maioria).

Assim sendo, trataremos os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária a seguir, pois são importantes para compreender como se organiza o trabalho no assentamento rural do MST.

3.2 APRESENTANDO CONCEITOS

Tendo em vista, a coexistência de diferentes formas de organização do trabalho, num assentamento autogestionário de economia solidária, apresentamos a seguir os conceitos que embasarão a pesquisa.

Para tanto, neste capítulo, como arcabouço teórico fundante, são discutidos os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária, que estão inseridos no contexto da organização do trabalho no assentamento do MST.

Além desta contextualização, também abordaremos um extrato da bibliografia atual, acerca da aplicação desses conceitos em espaços ligados ao MST.

3.2.1 AUTOGESTÃO

A palavra autogestão apareceu na língua francesa, em meados dos anos 60 do século passado, e é a tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje* (*samo* equivale ao prefixo grego auto e *upravlje* significa algo muito próximo de gestão) (ALMEIDA, 1983). O termo nasce para referenciar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito (1953-1980) em ruptura com o stalinismo (ALMEIDA, 1983).

Segundo Motta (1981), a autogestão era considerada por Proudhon¹⁰ como modelo de organização da própria sociedade, ou seja, uma sociedade autogestionária que em nível macro (nação), inutilizaria a existência de políticos e do próprio Estado:

Proudhon nunca empregou o termo autogestão, que é um termo recente; todavia, ele empregou o seu conteúdo, não restringindo o sentido de uma sociedade autônoma; à simples administração de uma empresa pelo seu pessoal. Ele deu, pela primeira vez, à sua concepção, o significado de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas funções políticas. A sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de 'autonomias de grupos se auto administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização (MOTTA, 1981, p. 168).

Nas palavras de Motta (1981, p. 168), “Proudhon é, com justa razão, considerado o pai da autogestão”.

Motta (1981) e Mandel (1977), afirmam que a autogestão representa um novo conceito na maneira de organizar a produção, e que por esta ser um processo, necessita de um suporte essencial da educação:

Há um claro conteúdo pedagógico, e de uma pedagogia trabalhista, na proposta autogestionária de Proudhon. Se a proposta começa na economia, ela termina na pedagogia, que permitirá ao social tornar-se prática social (MOTTA, 1981, p. 190).

¹⁰ Pierre-Joseph Proudhon foi um filósofo político e econômico francês, foi membro do Parlamento Francês. É considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo, sendo também o primeiro a se autoproclamar anarquista. Foi ainda em vida chamado de socialista utópico por Marx e seus seguidores, rótulo sobre o qual jamais se reconheceu. Após a revolução de 1848 passou a se denominar federalista.

De acordo com Bobbio *et al* (1998), autogestão em sentido lato deve ser entendida como,

[...] um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas [...] a autogestão deseja tornar realidade a socialização do poder gerencial, atribuindo aos trabalhadores, através de seus delegados, poder deliberativo em todas as decisões que lhes dizem respeito [...] (BOBBIO *et al*, 1998, p. 74 e 75).

Chiariello (2012) entende o conceito de autogestão como um guarda chuva, que abriga sob si categorias de cooperação, como por exemplo, trabalho associado, economia solidária, conselhos de fábrica entre outros e que necessita de planejamento.

Para Faria (2009), a autogestão, mais do que se apropriar dos meios de produção, traz a lume uma proposta de transformar profundamente a economia, a cultura e a política da sociedade. Ele explica que:

A autogestão, em resumo, ultrapassa toda e qualquer proposta democratizante no âmbito da gestão participativa, na medida em que não pretende simplesmente criar grupos de trabalho autônomos ou abolir determinados graus de autoridade nas organizações, mas abolir as estruturas autoritárias da sociedade e das suas organizações. Não se trata de uma proposta conciliadora que pressupõe o fim do conflito entre capital e trabalho através da panacéia participativa, mas de outra coisa. Trata-se de uma mudança radical e revolucionária (qualitativa) do sistema de capital com o objetivo de criar um outro e superior modo de produção e de gestão social (FARIA, 2009, p. 291).

Em boa medida, para que a autogestão efetivamente seja instalada como forma de organização do trabalho, em substituição a organização burocrática, hierarquizada e hegemônica (heterogestão), seria necessário transformações nas estruturas econômicas, políticas e sociais a ponto de se metamorfosearem em uma grande cooperativa, como forma de emancipação do trabalho e se sobrepôr ao Estado (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 1981).

Esse modelo convencional, heterogestionário (que significa gestão por outros, que não sejam os próprios trabalhadores), se amalgamou na sociedade e está fundamentado nas teorias da administração científica. Diferencia-se da autogestão, que pressupõe a prática de gestão, em que os próprios trabalhadores decidem no contexto de suas relações produtivas o que fazer, e que se ampara nos princípios de cooperação, solidariedade, igualdade e democracia (LINS, 2013).

Essa diferença também é corroborada por Faria (2017), ao apontar que a autogestão, deve ser entendida como negação da heterogestão, ainda que seu conceito venha sendo aplicado de forma imprecisa, não abraçando completamente todas as características necessárias à autogestão, assim não observa a negação absoluta em oposição a heterogestão, segundo esse autor a

autogestão destrói a noção de economia atrelada ao lucro, à exploração e à dominação e rejeita a noção comum de política como uma função reservada a uma casta de políticos, para propor uma noção de economia a partir do que é necessário produzir e uma noção de política enquanto realização em todos os níveis – e sem intermediários – de todos os interesses por todos os sujeitos coletivos (FARIA, 2017, p. 278).

Sendo assim, as formas de trabalho, de produção e reprodução do capital, vêm sofrendo modificações desde o final da década de 1960, decorrentes da busca por mercados globais. Novas tecnologias, substituição do trabalhador, terceirização, concorrem para a perda de direitos conquistados pelos trabalhadores (FARIA, 2009).

Devemos considerar a exigência de maior qualificação do trabalhador, para operar os novos equipamentos inseridos na indústria, fato que contribuiu para o desemprego do trabalhador (FARIA, 2009).

Esta condição é contrária ao pensamento de Marx, pois para ele o trabalho é fundamental para constituição do sujeito e condição de existência do homem, independente das formas sociais. Na medida em que essa relação se fragiliza, assim também será a condição humana (MARX, 2013).

Na contra mão da globalização, que tende a expulsar o trabalhador do campo, temos a atuação do MST, que entende que a fixação do trabalhador na atividade rural, pode melhorar a economia, produzindo alimentos e gerando renda para o camponês (STEDILE; FERNANDES, 1999; STEDILE, 2012).

Segundo Faria (2017), a autogestão vai além de uma proposta democrática e considera que,

no âmbito da gestão participativa, na medida em que não pretende simplesmente criar grupos de trabalho autônomos ou abolir determinados graus de autoridade nas organizações, mas abolir as estruturas autoritárias da sociedade e de suas organizações. Não se trata de uma proposta conciliadora que pressupõe o fim do conflito entre capital e trabalho por meio da panaceia participativa, mas de outra coisa. Trata-se de uma mudança radical e revolucionária (qualitativa) do sistema de capital, com o objetivo de criar outro e superior modo de produção e de gestão social (FARIA, 2017, p. 634).

Nesse sentido Cattani (2003), concorda com esta ideia e ao tratar das práticas autogestionárias, observa que a autogestão, consolida-se como um meio de agir coletivo, no qual os princípios da ação social se constroem a partir da experiência e ideias do grupo.

No entendimento de Vazzoler (2004), no nível organizacional, há na autogestão o controle dos meios de produção pelo grupo, além do controle dos resultados, por terem o direito de participação nas tomadas de decisão, bem como a faculdade frequente em evoluir tecnicamente o grupo.

A natureza dessa prática social está apoiada na distribuição do poder e do ganho, na dedicação em introduzir outro modo de agir comunitário, que encontra na cooperação a instalação de outro tipo de ação social (CARVALHO, 2012).

Esse pensamento, também é corroborado por Vazzoler (2004), quando aponta que organizações autogestionárias, concentram majoritariamente trabalhadores rurais

em condições de exercício da posse coletiva dos meios de produção, em que o trabalho do associado é organizado mediante planejamento e normas coletivas autonomamente decididas e os resultados da produção são distribuídos com base na participação do trabalho de cada associado (VAZZOLER, 2004, p. 21).

Autogestão, seria então um padrão organizativo, que harmoniza propriedade e controle efetivo dos meios de produção aliados à gestão democrática, tal qual Singer (2002) afirma, que as práticas autogestionárias estão relacionadas com as lutas dos trabalhadores e do movimento operário que, desde o século XIX, construíram experiências cooperativistas.

Por sua vez Nascimento (2004), sugere que,

a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista. Isto significa uma radicalização da economia solidária, no sentido dos trabalhadores se reapropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história. Nesta perspectiva, autogestão e socialismo andam sempre de mãos dadas no processo de libertação dos trabalhadores (NASCIMENTO, 2004, s/p).

Diante de tais afirmações, é do nosso interesse observar a existência desta forma de gestão no assentamento do MST, onde será realizada a pesquisa.

Na sequência, apresentaremos o conceito de politecnia, que se fundamenta na fusão do conhecimento técnico com a habilidade manual para aperfeiçoamento do trabalhador.

3.2.2 POLITECNIA

Nesta seção, apresentamos o conceito de politecnia bem como, sua proposta de unir as habilidades manuais e intelectuais dos trabalhadores na organização de trabalhos coletivos.

Os processos de trabalho desenvolvidos no modo de produção capitalista conduziram o trabalhador, a um distanciamento do controle sobre os conhecimentos da atividade de trabalho, levando-o a alienação dos conteúdos científicos e técnicos, que tende assingelar sua intervenção nos processos produtivos e depreciar o trabalho (CHIARIELLO; EID, 2013).

Da mesma forma Vazzoler (2004), ao tratar da divisão técnica do trabalho originada no capitalismo, sustenta que o aumento da produtividade, está atrelado a necessidade de maior controle do processo de trabalho, tornando as tarefas no processo/trabalho de produção, mais simples e que para executá-las, bastam trabalhadores menos qualificados, o que proporciona salários mais baixos e lucros maiores para o capital.

Verifica-se assim o fracionamento do trabalho, culminando com o domínio do capital em relação ao trabalho, tipificando o modelo taylorista-fordista.

Com a concepção do modelo de produção taylorista-fordista, estabeleceu-se na organização do trabalho, a divisão de tarefas, o estudo dos tempos e movimentos, real expressão do capitalismo, baseada na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, na divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção (SAVIANI, 1989).

No entanto, em meados do século XX, com a introdução da automação microeletrônica, veio também necessariamente à exigência da capacidade intelectual humana, para utilização de novos equipamentos de alto valor e sofisticação (CHIARIELLO, 2012).

O incremento desta nova tecnologia trouxe para as organizações, a necessidade de demandar trabalhadores mais qualificados para seu manuseio, ou seja, a atividade de trabalho apontava uma nova perspectiva. Os trabalhadores tinham que ser politécnicos e não mais específicos para uma determinada atividade (CHIARIELLO, 2012).

Conceitualmente, o termo politecnia remete a proposta de interação, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de maneira que o trabalhador tenha domínio sobre a totalidade do trabalho, a ponto de questionar a divisão técnica do trabalho, intrínseca ao capitalismo (CHIARIELLO, 2012).

De acordo com Saviani (1989), etimologicamente, politecnia é a utilização de várias técnicas, que se fundamentam não só empiricamente, mas também na formação científica, pois,

[...] a noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos (SAVIANI, 1989, p. 17).

Segundo Saviani (1989), para que a politecnia seja efetivamente aplicada deve-se considerar que,

a união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base da superação da apropriação privada dos meios de produção, com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, no conjunto da sociedade (SAVIANI, 1989, p. 15).

Nesse sentido, a politecnia não só apresenta a noção de propor a integração, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de forma que o trabalhador tenha domínio do conhecimento e da gestão do processo de trabalho, mas ressalta, que sua adesão como alicerce do trabalho associado, autogestionário evidencia o modelo socialista de unidade do trabalho (CHIARIELLO; EID, 2013).

Para além da conceituação teórica, a politecnia se coloca como potencial instrumento de transformação social, e elemento de crítica à alienação do trabalhador em relação ao processo capitalista de produção (CHIARIELLO, 2012).

Para Chiariello e Eid (2013), a politecnia tanto contribui para a formação omnilateral¹¹ do homem, quanto serve de veículo para a autogestão, dado que a omnilateralidade do trabalhador capacita-o para dirigir completamente o processo de produção conjuntamente com outros trabalhadores associados.

¹¹ Pensamento marxista que defende que o homem deve se sentir completo a partir de sua convivência em sociedade e de seu trabalho. Para esse autor ela se refere sempre como a ruptura com o homem limitado da sociedade capitalista. Refere-se a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas (JUNIOR, 2009).

Ao usar o conceito de politecnia, para organizar o trabalho em iniciativas em que se propõe à autogestão, é preciso indagar se é possível capacitar os trabalhadores associados com aparato teórico-científico que, conjuntamente com a sua própria experiência prática em saber-fazer, possibilite ativar o processo de trabalho de maneira diferente, como que este é ativado sob a heterogestão.

Chiariello e Eid (2013, p. 53), afirmam que esta indagação existe, “na organização do trabalho em cooperativas que tem no trabalho associado e na autogestão os pilares para sua constituição e que se apresentam como ambiente propício para a aplicação da politecnia”.

Ademais, em um empreendimento autogestionário, mesmo que haja divisão de tarefas, não pode, no entanto, haver divisão entre trabalho intelectual e manual, pois a unificação dessas duas habilidades são pressupostos da politecnia.

Dessa forma Chiariello e Eid (2013), afirmam que a politecnia

caminha na crítica da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, resultado de um processo histórico fundado na separação entre instrução profissional dirigida para a classe trabalhadora e instrução geral e científica direcionada para os pertencentes às classes privilegiadas no sistema capitalista [...] (CHIARIELLO; EID, 2013, p. 93).

Por fim, uma vez que os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária têm seus princípios e objetivos convergentes, abordaremos a seguir o conceito de economia solidária.

3.2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária, segundo Singer, tem sua origem na Inglaterra do século XIX, decorrente de uma crise social e econômica e pelos mesmos motivos se evidenciou no Brasil do século XX (SANTOS, A., 2018).

Retomando a questão da crise estrutural do capitalismo e as transformações de ordem social, econômica e política oriundas dela, como vimos anteriormente, observamos o surgimento de alternativas de trabalho coletivo a fim de gerar trabalho e renda. Assim, destacamos entre as alternativas possíveis a: economia solidária.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária pode ser entendida como sendo,

[...] o capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, então a aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

Ele também considera a economia solidária, como uma opção ao modo de organizar a produção,

[...] cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade [...] (SINGER, 2002, p. 10).

Para Singer (1999), a economia solidária tem como ideia, combater o desemprego, propor novas formas de organização da produção, em que a base lógica fundante é oposta a que rege o mercado capitalista, praticando a solidariedade em substituição à competitividade.

Icaza e Tiriba (2003) definem economia solidária como sendo,

o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 101).

Na concepção de Eid e Pimentel (2001), os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são:

Em síntese, a cooperação e a eficiência no trabalho se desenvolvem nos EES onde exista similitude de interesses e motivações dos membros; utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo (EID; PIMENTEL, 2001, p. 5).

Além disso, no entendimento de Vazzoler (2004), o modelo brasileiro de desenvolvimento político, caracterizado como econômico neoliberal, que prioriza o setor produtivo organizacional, contribuiu para a necessidade de se buscar alternativas para,

inserção dos trabalhadores que estão fora da economia formal no resgate de suas condições mínimas de sobrevivência e construção da cidadania. Diante desse cenário, aposta na economia solidária como alternativa de criação de trabalho e renda alternativa à concepção neoliberal dominante. No setor autônomo e nos pequenos produtores rurais — trabalhadores por conta própria, microempresas, cooperativas, etc. — passam a ser depositadas as esperanças de absorver produtivamente a força de trabalho mais do que o aumento da produtividade (VAZZOLER, 2004, p. 84).

Ainda segundo esta autora, o modelo de economia solidária possui características como: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto sustentação, desenvolvimento humano e reponsabilidade social (VAZZOLER, 2004).

Vazzoler (2004) entende que as experiências de economia solidária, não são mais vistas com viés assistencialista, subsidiária e desagregadora, mas

como embriões de novas formas de produção, de organização, do trabalho e do mercado. Estas experiências indicam um enorme potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais. Estas experiências de Economia Solidária são materializadas principalmente nas cooperativas (VAZZOLER, 2004, p. 20).

A fim de atender a realidade brasileira, em 2003 foi criada a SENAES, vinculada a época ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a responsabilidade de incrementar a prática da economia solidária, além de acompanhar seu desenvolvimento (FARIA, 2009).

Conforme o relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil, sobre Empreendimentos de Economia Solidária no ano de 2013, divulgado em 2016, havia 19.708 EES em atividade no Brasil e 1.423.631 associados (IPEA, 2016).

Segundo a SENAES, a economia solidária é:

um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

São milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras.

Alguns princípios são muito importantes para a economia solidária. São eles:

1. **Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
2. **Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;
3. **Ação Econômica:** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. **Solidariedade:** a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015).

Através da economia solidária presenciaram-se, modos diferentes que vislumbram quebrar o ciclo de crescimento da pobreza e da exclusão social, causados pelos programas liberais globalizados (OLIVEIRA, B., 2003).

No entanto, para Tiriba (2003), é preciso uma análise mais ampla sobre o assunto. Uma vez que no seu entendimento, nem toda economia solidária é popular, assim como nem toda economia popular é solidária. Segundo a autora, a experiência de ser realmente popular e ter um caráter solidário, para que seja confirmada deve-se:

Analisar as práticas dos trabalhadores, compreendermos as motivações que os levam a enfrentar, associativamente, seus problemas de subsistência e de satisfação de suas necessidades básicas, e perguntar como organizam o trabalho, como distribuem as riquezas, como se dá o processo de participação e socialização do saber no cotidiano da produção, etc. (TIRIBA, 2003, p. 224).

O interesse do MST, no desenvolvimento de EES fica evidente nas palavras de Lisboa (2003), quando o autor observa, que esses empreendimentos, advêm da luta política dos movimentos sociais e da auto-organização comunitária, como é o caso das cooperativas e dos assentamentos do MST.

Tendo evidenciado os conceitos que nortearam essa investigação, na sequência faremos uma revisão bibliográfica de pesquisas, que já foram realizadas e que tratam os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária no contexto do MST.

3.3 TRABALHOS REALIZADOS ANTERIORMENTE

Elaboramos a seguir, uma exposição de algumas das pesquisas, que abordam os conceitos dispostos anteriormente e que se encontram imbricados nos assentamentos do MST. Optamos por esse percurso, para apoiar o sentido que determinamos nessa investigação. A reflexão é realizada, a partir das pesquisas que analisam a aplicação desses conceitos nas ações do MST.

O MST, ao longo dos anos, tem sido objeto de investigação de muitos pesquisadores e áreas de interesses acadêmicos diversificados, como por exemplo, pedagógico, comunicação, saúde, econômico, social e político, histórico, geográfico, administração e etc.

Há desta forma, grupos de trabalho inseridos nas instituições de ensino em todo o país, com a finalidade de desenvolver pesquisas voltadas, exclusivamente para questões de cunho rural e mais especificamente, no contexto do MST devido a sua visibilidade, articulação social, política e econômica.

Para elucidação do tema em debate, consideramos apenas algumas pesquisas que foram desenvolvidas nos últimos anos, conforme apresentado no Quadro 3 adiante.

O levantamento foi feito a partir do Banco de Teses e Dissertações do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A busca se deu por trabalhos que relacionassem os termos: MST — AUTOGESTÃO — ECONOMIA SOLIDÁRIA — COOPERATIVAS.

Quadro 3 – Teses e Dissertações Analisadas

TÍTULO	AUTOR / ORIENTADOR	IES	ANO	EXPERIÊNCIA ANALISADA
Sistematização do Processo de Construção do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Ovaldo de Oliveira no Município de Macaé - RJ	Diego Rangel Fraga	IFPR	2019	Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira
O projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé-RJ	Dayse Maria da S. C. de Oliveira Douglas Ribeiro Barboza	UFF	2018	Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira
Cooperativismo nos processos de organização política e econômica dos trabalhadores na luta contra a expropriação capitalista no campo: a resistência do MST no Maranhão	Marlene Corrêa Torreão Marina Maciel Abreu	UFM	2014	Cooperativas do Maranhão
Autogestão e utopia na práxis dos movimentos sociais	Luciléia Teixeira Lins José Francisco de Melo Neto	UFPB	2013	Organização coletiva em assentamentos do MST na Paraíba
Politecnia e polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais	Caio Luis Chiariello Farid Eid	UFSCAr	2012	Cooperativas COCAMAR - COOPAN - COOPERUNIÃO - COPAVI - COPAVA
Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na COCAMAR e COPAVI	Caio Luis Chiariello Farid Eid	UFSCAr	2008	Cooperativas COCAMAR - COPAVI
O projeto de cooperação do MST nos assentamentos da reforma agrária: como se explicam as dificuldades encontradas	Heldo Donat Ghislaine Duque	UFPB	2006	Formação do Assentamento Mandacaru no Cariri paraibano
Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária	Maico Roris Severino Farid Eid	UFSCAr	2006	Cooperativa COPAVI
Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no	Márcia Regina Vazzoler Farid Eid	UFSCAr	2004	Cooperativas COPAVA - COPANOSSA - COPAEL - COOPAN
Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática	Airton Cardoso Caçado Maria Suzana Moura	UFBA	2004	Cooperativa COOPERTUR

Fonte: Elaborado pelo autor¹²

No trabalho elaborado por Fraga (2019), o autor traz em sua investigação, como foi à construção do processo de implantação do Osvaldo de Oliveira. Baseando-se principalmente no levantamento dos documentos e normativas do modelo de assentamento sustentável, ou seja, no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) em relação à proposta de ocupação parcial do território, apresentado pelo MST ao Ministério Público Federal (MPF), além dos esboços das famílias acerca do Plano de Utilização (PU).

¹² A partir de dados coletados do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/!](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/)

Dayse Oliveira (2018) analisou o assentamento, Osvaldo de Oliveira sob a perspectiva do processo organizativo. Tendo como desafios uma dimensão econômica, política e ambiental, além das singularidades no desenvolvimento da agricultura e sustentabilidade, confrontando de forma crítica os discursos e práticas do Estado em suas relações com os assentados(as) e os movimentos sociais, com vistas a uma reforma agrária progressista.

De acordo com a autora (2018), o contexto analisado dificulta e inviabiliza a realização de uma reforma agrária progressista, que possa ser representante de justiça social, desenvolvimento econômico e conservação ambiental, no entanto, os sujeitos envolvidos na luta pela terra no Rio de Janeiro, caminham contrariamente as políticas que intentam somente à distribuição de terras.

No seu entendimento, a reforma agrária só será alcançada, se considerar a implementação de um projeto, que possibilite a agricultura familiar, que sustente e atenda as necessidades de reprodução material e social dos grupos assentados, utilizando-se das suas experiências de vida (OLIVEIRA, D., 2018).

Ao analisar o cooperativismo, como forma de organizar política e economicamente os trabalhadores, na formação de cooperativas autogestionárias do MST no Maranhão, Torreão (2014) alerta que, essa foi à maneira de resistência camponesa, na luta pela permanência na terra ocupada e uma alternativa a expansão do capitalismo no campo. Nessa pesquisa, a autora identificou limitações na capacidade de autogestão das cooperativas, em certa medida pela formação cultural do camponês maranhense, que se alicerça na posse individual da terra.

Torreão (2014) esclarece, que após avaliação do MST, de que invalidar essa estratégia, seria desconsiderar seu próprio potencial de aglutinação do camponês, assim, tem investido na mudança da política cultural e na construção de uma nova consciência de organização dos camponeses maranhenses o que permitiu a reativação de duas cooperativas pelo MST.

Em sua tese, Lins (2013), faz uma investigação sobre autogestão, com objetivo de compreender sua aplicação e questiona sua práxis sob o viés educativo, nos processos de organização coletiva nos assentamentos do MST na Paraíba.

Lins (2013) ressalta que, tendo observado algumas contradições naquelas organizações, como por exemplo, o fato de as assembleias serem realizadas semestralmente ou anualmente, ou seja, num longo período de tempo, comprometem a participação e as decisões diárias dos assentados(as). Dessa forma, muitas decisões acabam ficando a cargo da direção/coordenação, caracterizando a centralização e o poder nas mãos de seus representantes.

Chiariello em sua tese de Doutorado (2012) amplia sua pesquisa de dissertação, e faz elaborações acerca da politecnicidade¹³ e polivalência¹⁴, na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais. A fim de investigar as particularidades desses modelos e também suas estratégias de formação do trabalho, execução das atividades sob o ponto de vista dos conceitos descritos anteriormente, além de sua aplicabilidade nas cooperativas.

Para sua pesquisa, Chiariello analisou a cooperativa tradicional COCAMAR e também as CPAs do MST — COOPAN, COOPERUNIÃO, COPAVI E COPAVA, explicitando suas diferenças, especificidade e contradições.

O autor conclui que, a COCAMAR pauta sua organização do trabalho, pela égide da polivalência, com segmentação da gestão e execução, onde o primeiro detém o poder de decisão e o segundo a força de trabalho contratada como mercadoria. Enquanto que nas CPAs, a politecnicidade é privilegiada ocorrendo à aproximação entre a gestão e a execução da produção, promovendo a articulação plena do conceito politécnico (CHIARIELLO, 2012).

Em sua dissertação, pesquisando cooperativas, Chiariello (2008) tem como objetivo de estudo, a análise da gestão das cooperativas rurais tradicionais¹⁵ representada pela COCAMAR (espelhada nas empresas capitalistas do agronegócio) e populares¹⁶ pela COPAVI (associação de trabalhadores rurais sem terra, ligados ao MST).

¹³ Ver seção 3.2.2.

¹⁴ O conceito de polivalência está relacionado aos modelos flexíveis de produção e de organização do trabalho que tem como uma de suas propostas o perfil do trabalhador monotécnico do modelo taylorista-fordista. Os trabalhadores polivalentes estariam imbuídos de maiores competências e também de maiores responsabilidades, tendo na cooperação um dos pilares para sua atuação (CHIARIELLO, 2012, p. 15-16).

¹⁵ Também chamadas de cooperativas capitalistas geralmente ligadas à produção de commodities em grande escala e fortemente inseridas no mercado internacional (CHIARIELLO, 2008, p. 7).

¹⁶ Trata-se das cooperativas inseridas na economia solidária (Ibidem).

Chiariello (2008) traz a lume, o antagonismo entre as cooperativas tradicionais e as cooperativas populares, tendo em vista que, a primeira é regida pela racionalidade técnica da heterogestão. Enquanto a última busca preservar os princípios de solidariedade e preocupa-se com formação técnica de seus cooperados, visando habilitá-los para o planejamento e execução das atividades, que são preceitos da politecnia.

Seu interesse se refere, em apreender se há possibilidade da cooperativa popular manter-se fiel aos princípios solidários, mesmo utilizando-se de ferramentas de gestão, para alcançar resultados econômicos satisfatórios.

O autor conclui que há divergências, quanto à remuneração para o trabalho executado em diferentes setores, principalmente os que requerem mais capacidade física e que diante disso, alguns cooperados não se dispõem a trabalhar nesses setores.

Essa dificuldade impulsionou a direção da COPAVI, a elaborar um projeto de diferenciação de remuneração, a fim de estimular os cooperados a desempenharem essas tarefas. No entanto, para alguns cooperados, tal medida extrapola o conceito de igualdade entre os cooperados (CHIARIELLO, 2008).

Para Chiariello (2008), esse episódio levanta uma questão de suma importância: poderia esse fato conduzir a cooperativa à heterogestão e a lógica do capital nos moldes da COCAMAR, abandonando sua característica de movimento social e resistência? A resposta para tal questionamento, só o tempo dirá.

Outro trabalho que aborda a questão da cooperação, em assentamentos de reforma agrária do MST, foi desenvolvido por Donat (2006), realizado no assentamento Mandacaru, localizado no Cariri paraibano. Nele, o autor discute a problemática da cooperação na tentativa de compreender, as propostas do Movimento e o pensamento dos assentados(as), quanto a percepção de sua situação e perspectivas para seu futuro.

Donat (2006), parte da premissa de que há nos assentamentos do MST, certa dificuldade de se organizar a cooperação, que esta relacionada aos costumes e modo de vida do camponês, no entanto, tal proposição não se confirma.

Entre as questões, que dificultaram a organização e a cooperação estão, diversidade de origens dos assentados(as), desconfiança devido a experiências passadas, demora na instalação do assentamento, dificuldades na produção determinadas pela degradação ambiental e principalmente pelo fato das propostas serem apresentadas de forma impositiva.

O autor conclui, que o fracasso inicial do projeto de cooperação no assentamento Mandacaru, se deu efetivamente pela falta de diálogo entre a direção da Associação e os assentados(as), mas que com a mudança do presidente da Associação, a relação tem melhorado e o trabalho desenvolvido é discutido em assembleias ou grupos de famílias (DONAT, 2006).

Severino (2006), na sua dissertação examina possíveis mudanças ocorridas tanto em empresas capitalistas¹⁷, quanto nos EES, concernente a organização e os processos do trabalho, tendo como objeto de análise a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI), do MST, instalada no assentamento Santa Maria em Paranacity/PR, a partir da execução da prática de economia solidária.

O autor afirma que os EES são característicos das CPAs. Estas por sua vez, são instituições econômicas criadas por famílias, integrantes de assentamentos e através delas os assentados(as), procuraram gerar diretamente postos de trabalho, moradia, renda e principalmente mais qualidade de vida.

Severino (2006) observa, que foram identificados na COPAVI aspectos pertinentes, a estruturação da economia solidária, tais como autogestão e politecnia.

Com o objetivo de apreender a relevância do cooperativismo, em uma economia capitalista e nas CPAs em assentamentos de reforma agrária, as distintas formas de organização, suas contradições, sucessos e insucessos, Vazzoler (2004), discorre sua tese e aponta a existência de duas tendências que distinguem essas cooperativas.

A primeira tendência tem uma abordagem, que visa à modernização ou industrialização do campo, expropriando os pequenos agricultores e introduzindo o modo de produção capitalista, proletarizando e assalariando o trabalhador rural.

¹⁷ Estas empresas utilizam-se do conceito de cooperação como simplificação e parcelamento das atividades de trabalho, é uma cooperação via imposição da gerência de forma alienante e subordinada (SEVERINO, 2006, p. 130).

Já na segunda tendência, as CPAs concebidas pelo MST e inspirada no socialismo em que o fator econômico não é o fim, e sim a produção coletiva e solidária.

Após estudo comparativo entre duas CPAs em São Paulo (COPAVA — COPANOSSA) e duas no Rio Grande do Sul (COOPAN — COPAEL), Vazzoler (2004), conclui que, em certa medida as cooperativas vêm conseguindo estabelecer uma estrutura, que lhes permite menor dependência de financiamentos externos, gerando renda para sua subsistência e de suas famílias.

Quanto ao sucesso econômico e social, há uma relação direta entre a organização da produção e o processo de trabalho com o número de associados.

Por fim e não menos importante, Cançado (2004) aponta possíveis desafios à autogestão em empreendimentos solidários, particularmente em cooperativas populares.

O autor considera que o tema deve ser investigado, tanto pela proporção que estes empreendimentos vêm ganhando no país, quanto, pela questão da necessidade da autogestão como forma de organizar a produção.

Embora existam diversas formas de representação da economia solidária, Cançado (2004) trata especificamente do cooperativismo popular.

Desta maneira, ao tratar de cooperativa popular, fica patente em sua pesquisa a “concepção da autogestão” e que o cooperativismo popular, como forma de expressão da economia solidária tem uma amplitude política e econômica social.

Sua pesquisa foi realizada em uma cooperativa popular incubada, formada por jovens no Subúrbio Ferroviário de Salvador, a COOPERTUR — Cooperativa Juvenil de Serviços Turísticos São Bartolomeu. Tal escolha deve-se a sua vivência em acompanhar este trabalho desde setembro de 2003 e, também, às especificidades desta cooperativa.

Cançado (2004) conclui que, possivelmente o maior desafio, seja o retorno financeiro proporcionado pelas atividades na cooperativa, além da existência de condições mínimas de vida, como alimentação, moradia, saúde, educação e segurança. Estes elementos podem ser grandes obstáculos na construção deste processo autogestionário.

Como dissemos inicialmente, esta seção apresenta apenas um recorte no universo das pesquisas realizadas com *approach* acerca do tema desenvolvido nesta pesquisa.

O capítulo seguinte, dedicamos à apresentação da metodologia que utilizamos para estruturar a pesquisa.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevo inicialmente os primeiros passos para o desenvolvimento da pesquisa, bem como a composição do conjunto de entrevistados. Também descrevo o processo de coleta de dados bem como os procedimentos de análise dos dados. Em seguida, apresento a abordagem de pesquisa utilizada e a formação das categorias de análises temáticas.

4.1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Conforme descrito na introdução desta dissertação, os primeiros passos, o primeiro contato com a direção estadual do MST/RJ, as conversas iniciais para o desenvolvimento desta pesquisa, aconteceram em maio de 2018 e ocorreram no local de comercialização de produtos de reforma agrária, conhecido como Espaço Terra Crioula, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Naquele mesmo lugar, no dia 24 de Setembro de 2019, antes de ir para o assentamento, pude realizar uma entrevista piloto com um integrante do assentamento Osvaldo de Oliveira, e que serviu para que eu pudesse fazer alguns ajustes, no roteiro de entrevista que seria aplicado aos assentados(as).

No dia 08 de Outubro de 2019 parti para o assentamento, onde permaneci convivendo dia e noite com aquela comunidade até o dia 23 de Outubro de 2019.

O conjunto de entrevistados foi formado, em parte por indicação dos próprios coordenadores do local e em parte por mim, tendo em vista minha observação durante o período que estive no campo.

Inicialmente foram selecionadas 19 pessoas para serem entrevistadas, no entanto, este processo foi encerrado com 11 pessoas, como pode ser observado no Quadro 4 apresentado a seguir, tendo em vista que as entrevistas começaram a ficar saturadas, ou seja, já não acrescentavam novos dados e, portanto não se justificava a inclusão de novos entrevistados. Essas entrevistas resultaram em aproximadamente onze horas de gravação que foram transcritas em sua totalidade.

Quadro 4 – Perfil das Pessoas Entrevistadas

Nº	Sexo	Idade	Escolaridade	Tarefa	Tempo em anos no Assentamento
E1	M	34	Tecnólogo em Agroecologia	Coord. Região Lagos	04
E2	F	57	E. Fundamental	Coord. Região Lagos	05
E3	M	68	E. Médio	Coord. de Núcleo	05
E4	F	61	E. Fundamental	Coord. de Núcleo	09
E5	F	47	E. Fundamental		10
E6	M	45	E. Fundamental		10
E7	M	53	E. Médio		09
E8	M	50	E. Fundamental		05
E9	F	44	E. Médio		07
E10	M	63	E. Fundamental		04
E11	F	56	E. Médio		15

Fonte: Dados obtidos pelo autor a partir da pesquisa de campo

Destas onze entrevistas, oito foram realizadas na sede do assentamento, duas delas no próprio barraco dos entrevistados e a última foi realizada em uma sala do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (SINDIPETRO/RJ) no centro da cidade do Rio de Janeiro, numa data posterior a minha estadia no assentamento.

Durante a realização das entrevistas, foi necessário muitas vezes refazer o questionamento com outras palavras e até mesmo fazer uso de exemplos para facilitar o entendimento dos entrevistados.

4.2 MÉTODO DE COLETA DE DADOS UTILIZADO

A pesquisa é qualitativa descritiva, conforme proposto por Gil (2008, p. 28), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno...”, com técnicas de investigação: observação participante, elaboração de diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

A estratégia de investigação da pesquisa está baseada na observação participante que também permite a realização de entrevistas.

Como fonte para coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevistas semiestruturada, que foram realizadas com coordenadores(as) do assentamento, assentados e assentadas.

A opção por esta abordagem metodológica deu-se devido à possibilidade de permitir compreender “experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre o funcionamento organizacional, movimentos sociais”, conforme apresentado por Strauss e Corbin (2008, p. 23).

Esse pensamento também é corroborado por Bardin (2016, p. 145), quando afirma que essa abordagem, “corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses”.

De acordo com Felipe Fontana (2018) ao fazer uso dessa metodologia,

de maneira geral, observamos [...] a cultura de um dado povo, ou seja, de sua língua, raça, religião, hábitos e, somado a isso, das produções materiais decorrentes de suas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais (FONTANA, 2018, p. 69).

Segundo Thiollent (2009), observação participante ou pesquisa participante, como o autor prefere denominar é uma abordagem, que tem um caráter participativo e possibilita a interação entre o pesquisador e os sujeitos inseridos na situação investigada. Dessa maneira, a abordagem metodológica utilizada também permite a elaboração de diário de campo, para registro das observações do pesquisador no período de imersão no espaço pesquisado.

A despeito dessas observações, elas são abordadas na seção narrativa da observação participante e foram divididas em subseções, cuja discussão é apresentada na análise de dados e estão distribuídas da seguinte forma: impressões acerca do acesso ao assentamento; impressões acerca do ambiente e das condições de vida; impressões acerca da organização social e impressões acerca das atividades de trabalho.

Como método de análise de dados, foi empregada a análise de conteúdo (AC) baseada em categorias temáticas que Bardin (2016) define como sendo.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Assim procurou-se seguir o desenvolvimento do método em conformidade com as três fases específicas, de acordo com Bardin (2016):

- 1º. Fase pré-análise: momento de organização do material, ou seja, tornar o material selecionado pronto para ser analisado;
- 2º. Fase exploração do material: fase destinada a codificação, decomposição ou enumeração de acordo com formulação de regras antecipadamente e
- 3º. Fase tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016, 127-132).

Na próxima seção apresentamos as categorias temáticas, que lançamos mão nesta dissertação e como se deu o percurso para sua elaboração.

4.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE TEMÁTICA

A composição de categorias analíticas, tem por propósito dialogar com a estrutura da organização do trabalho no assentamento, analisando suas especificidades a partir da percepção dos assentados(as).

Para a composição das categorias, tomamos como exemplo a Tese de Doutorado de Chiariello (2012) na qual fizemos algumas adaptações.

As categorias *a priori* elaboradas por Chiariello (2012) são as seguintes:

- a) Trajetória da organização do trabalho nas cooperativas;
- b) Democracia interna e relações de poder;
- c) Dinâmica dos cargos de gestão e de execução na cooperativa;
- d) Rodízio de funções e atividades de trabalho;
- e) Jornada de trabalho, remuneração e controle do trabalho e
- f) Formação política e técnica para o trabalho

Assim, as categorias identificadas com as letras “a”, “c” e “e” — Trajetória da organização do trabalho nas cooperativas — Dinâmica dos cargos de gestão e de execução na cooperativa — Jornada de trabalho, remuneração e controle do trabalho, respectivamente, deram origem as categorias nomeadas como, Forma de organização; Forma de execução e Forma de remuneração do trabalho de maneira a se enquadrarem com o conceito de autogestão.

A categoria identificada com a letra “f” — Formação política e técnica para o trabalho — foi alterada para se adequar ao conceito de politecnicidade e, portanto, foi nomeada para Formação técnica para execução do trabalho.

A categoria identificada com a letra “d” — Rodízio de funções e atividades de trabalho — foi modificada para se adequar ao conceito de economia solidária e foi nomeada como Cooperação nas atividades de trabalho.

Destas seis categorias excluímos a identificada pela letra “b” — Democracia interna e relações de poder — por entendermos que a mesma não se aplica ao objetivo da nossa pesquisa.

Desta maneira chegamos às seguintes categorias temáticas:

- I. Forma de organização;
- II. Forma de execução;
- III. Forma de remuneração do trabalho;
- IV. Formação técnica para execução do trabalho;
- V. Cooperação nas atividades de trabalho.

No Quadro 5 (adiante) apresentamos essas adaptações de forma mais sintética.

Quadro 5 – Categorias Temáticas de Análise

CATEGORIAS CHIARIELLO	NOVAS CATEGORIAS ADAPTDAS	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS	AUTOR DE SUPORTE PARA AS CATEGORIAS	ASPECTOS OBSERVADOS NAS CATEGORIAS
Trajatória da organização do trabalho nas cooperativas; Dinâmica dos cargos de gestão e de execução na cooperativa e Jornada de trabalho, remuneração e controle do trabalho	Forma de organização; Forma de execução e Forma de remuneração do trabalho	Relacionadas à prática da autogestão	Bobbio <i>et al</i> (1988) Eid e Neves (1998) Eid e Pimentel (2001) Singer (2002) Vazzoler (2004) Severino (2006) Chiariello (2012)	Como é feita a tomada de decisões no assentamento; Como é a distribuição das tarefas entre os participantes da produção coletiva; Qual o critério de remuneração do trabalho nas áreas coletivas e como é feito o controle.
Formação política e técnica para o trabalho	Formação técnica para execução do trabalho	Relacionada à aplicação da politecnia	Saviani (1989)	Como o MST contribui para a capacitação do assentado.
Rodízio de funções e atividades de trabalho	Cooperação nas atividades de trabalho	Relacionada à execução da economia solidária	Bobbio <i>et al</i> (1998) Singer (2002)	Existência de trabalho cooperado entre os assentados.

Fonte: Elaboração própria

Posteriormente a formulação das categorias, os roteiros de entrevistas com coordenadores, assentados e assentadas (Apêndices B e C) também foram adaptadas de Chiariello (2012), quando este investigou a organização do trabalho em cooperativas tradicionais e populares no Brasil na qual esses conceitos são apresentados.

A adaptação se justifica pelo fato que nossa pesquisa, se apoia na organização do trabalho gerida pelo coletivo de famílias residentes no assentamento, sem as características de uma cooperativa, ou seja, não há no assentamento investigado, nenhuma estrutura empresarial para gestão do espaço, diferente de Chiariello (2012) que evidenciou o trabalho nas cooperativas populares e tradicionais, espaços em que existe um modelo de gestão empresarial.

Assim, questões que eram relacionadas especificamente ao modelo de organização de uma cooperativa, foram excluídas ou adequadas para atender nossa investigação.

Entretanto durante minha presença no campo, de acordo com o perfil da população residente no assentamento, percebi a necessidade, de readequar as perguntas dos roteiros inicialmente propostos. Desta forma cheguei aos modelos que se encontram nos apêndices B e C.

De forma geral, a pesquisa de campo teve seu início, a partir dos primeiros contatos com a Direção Estadual de Produção e Saúde do MST/RJ, quando foi apresentado esse projeto de pesquisa para Dissertação de Mestrado.

Sua continuidade aconteceu no assentamento com as seguintes etapas:

- a) Reunião com a comunidade do assentamento, para apresentação oral dos objetivos da pesquisa de campo e o roteiro de entrevista semiestruturado a ser aplicado junto aos coordenadores(as) (APÊNDICE B) e assentados(as) (APÊNDICE C);
- b) Seleção de assentados(as) para realização de entrevistas;
- c) Observação, por parte do pesquisador (APÊNDICE A), da infraestrutura, das situações do dia-a-dia da organização do trabalho no assentamento relevantes para a pesquisa, através de diálogos informais com os membros do assentamento ao longo da jornada de trabalho, bem como fora do período de trabalho.

Assim sendo, acreditamos que a opção por esse método seja cabível para a investigação proposta e conseguinte análise dos dados.

No capítulo seguinte, abordaremos a análise e tratamento dos dados com base nos princípios teóricos abordados na pesquisa.

5 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos a narrativa da observação participante, a análise e o tratamento dos dados, procurando articular com o objetivo desta dissertação, ou seja, como se aplicam os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST.

Conforme apresentado na seção anterior e considerando as categorias propostas, que serviram de apoio para a análise e o tratamento dos dados. Segundo Bardin (2016, p.133) esta é a etapa de transformação dos “dados brutos” do texto que “permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto”. Desta maneira, conectar os fragmentos às categorias.

Os itens subsequentes apresentam as categorias temáticas com suas respectivas análises.

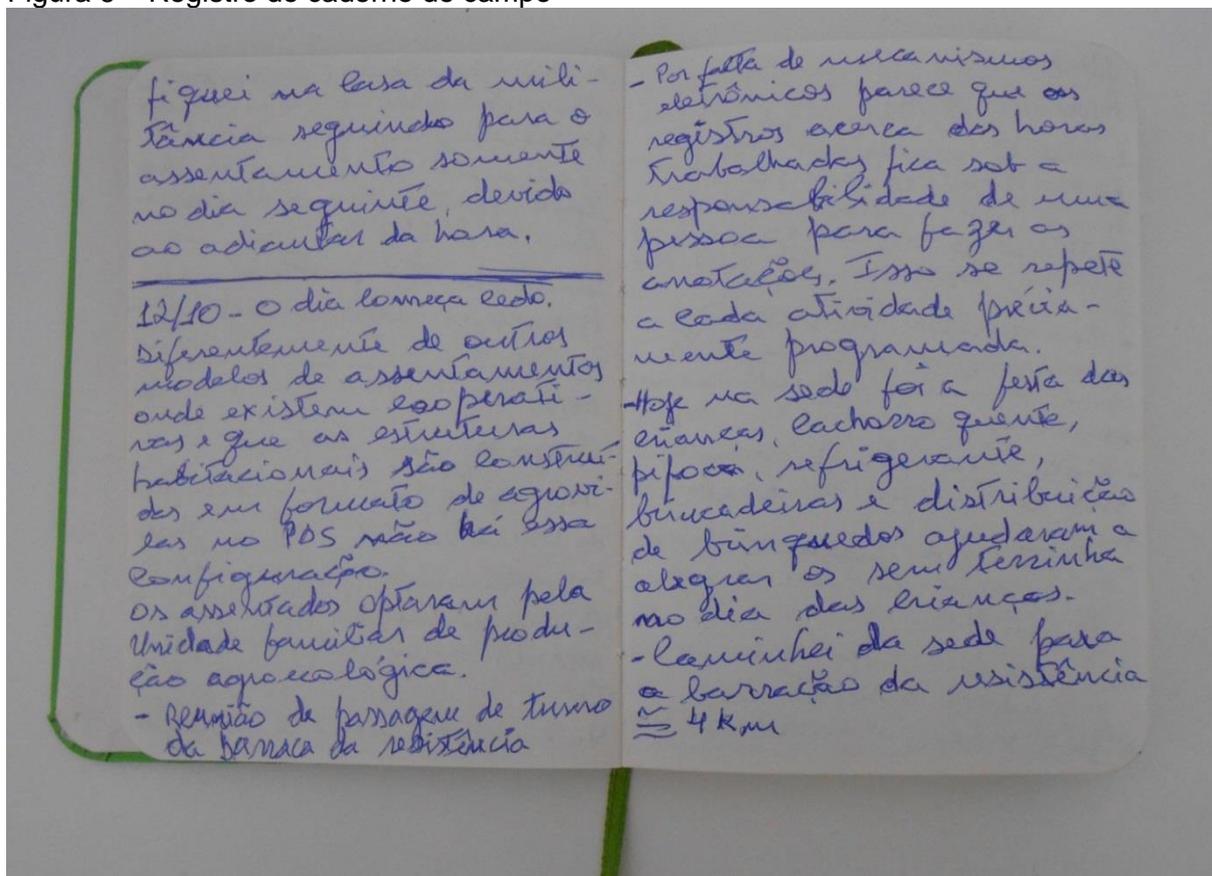
5.1 NARRATIVA DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Nesta seção, procurei retratar minhas observações feitas durante o convívio com os assentados(as), durante os quinze dias que permaneci no assentamento Osvaldo de Oliveira como participante do dia a dia da comunidade, interagindo e contribuindo diariamente com a realização das atividades, como se um deles fosse.

Não queria que minha presença fosse notada, somente como um pesquisador apenas em busca de informações, mas como alguém, que estava ali também para viver como eles vivem, alimentar-me como eles se alimentam, respeitando os mesmos horários de se recolher, de se levantar e trabalhar como eles trabalham.

As impressões foram fichadas em caderno de campo, conforme a figura 6, com registro dos acontecimentos cotidianos, das conversas informais com os moradores, além disso, também fiz registros fotográficos.

Figura 6 – Registro do caderno de campo



Fonte: Acervo próprio

5.1.1 IMPRESSÕES ACERCA DO ACESSO AO ASSENTAMENTO

Cheguei a Córrego do Ouro, distrito de Macaé/RJ, no dia 08/10/2019 por volta das 16 horas e fiquei na praça principal do local, aguardando por uma pessoa que iria me encontrar e nós não nos conhecíamos.

Esperei por umas duas horas, até que esta pessoa chegou. Como já havia escurecido e chovia, não pudemos seguir para o assentamento, por isso passamos a noite em um apartamento, que eles chamam de casa da militância, conforme registrado pela figura 7, e só na manhã seguinte, fui levado por outro companheiro até o assentamento.

Figura 7 – Casa da militância em Córrego do Ouro - Macaé/RJ



Fonte: Acervo próprio

Desde que cheguei, fui muito bem acolhido pela comunidade e pude perceber o interesse dos moradores em saber o motivo da minha presença ali.

Na primeira semana me empenhei na socialização com a população local, participando das reuniões de núcleos de base que aconteciam todas as manhãs.

Como toda manhã, a reunião era de um grupo diferente, conseqüentemente, a cada reunião eu também me apresentava, e explicava o objetivo da pesquisa que eu estava realizando naquele local.

A receptividade foi tamanha, a ponto de a comunidade me deixar à vontade, para também sugerir ou apresentar propostas nas reuniões, e em certas ocasiões me consultavam acerca das decisões tomadas.

Entretanto, nem tudo foi tão fácil quanto se desenhava inicialmente. A começar pela falta de estrutura, logo percebi que meus dias no assentamento me exigiriam bastante esforço físico.

Por total desconhecimento prévio do assentamento, tinha no meu imaginário, que a população estivesse residindo em um modelo de agrovila, o que não se confirmou, pois cada família tem sua moradia no seu próprio “lote”.

Sendo assim, a distribuição espacial do assentamento se constituiu em um cenário que, em boa medida, dificultou a realização da pesquisa devido as distâncias que precisavam ser percorridas, quase sempre a pé, entre o barracão da resistência, a sede do assentamento e as unidades individuais dos assentados(as).

Para se ter ideia da dificuldade, o barracão da resistência fica distante da sede, aproximadamente quatro quilômetros. Houve dias, que tive que percorrer a pé mais de oito quilômetros. Quando chovia, era a lama na estrada que dificultava a caminhada, quando não, era o sol inclemente que castigava o corpo.

As caminhadas não aconteceram apenas durante o dia, em algumas ocasiões ocorreram durante a noite, fazendo uso de uma lanterna para iluminar a estrada, devido à falta de iluminação pública. Nas poucas vezes, que não precisei me locomover caminhando, o deslocamento se deu em carroça, caçamba de caminhão ou *pickup*, motocicleta e bicicleta. Estas distâncias impediram que eu pudesse visitar um número maior de casas e observar a produção individual dos assentados(as).

Outra dificuldade que me deparei foi com o “fuso horário do assentamento”. O dia de trabalho começa bem cedo, e a hora de se recolher também. Bastante diferente, para alguém que está acostumado com a agitação da vida na área urbana.

Nas noites passadas no barracão da resistência, praticamente ao relento, me acomodei no meu saco de dormir, colocado sobre uma lona que forrava o chão por causa da umidade do solo, em consequência da chuva que caiu com frequência nos dias que estive no assentamento.

Afora a falta de qualquer proteção a ataques de animais, principalmente cobras, aconteceu naqueles dias termos a presença de um lobo, que estava atacando a criação de animais de alguns assentados(as), conforme relato dos moradores. Eu mesmo não o vi, apenas ouvi seu uivado. É importante destacar que no território do assentamento existe uma área de mata nativa, que não pode ser desmatada e a caça é proibida.

Além disso, as atividades de trabalho me exigiram esforços e habilidades com as quais não estava habituado, proporcionando desgaste físico, cansaço e muitas gargalhadas dos assentados(as) a cada tarefa que eu realizava, pois duvidavam que eu pudesse executá-las. Isso aconteceu, por exemplo, quando a tarefa era carregar sacas de feijão, que pesavam mais de vinte, trinta ou cinquenta quilos que eu não consegui executar sozinho.

Outro momento que me causou certo desconforto aconteceu quando viemos ao Rio de Janeiro no dia 16/10/2019, para uma audiência no Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região na Rua do Acre no centro da cidade do Rio de Janeiro.

O assentamento tem contra si uma ação do ex-proprietário, que pede a reintegração de posse da fazenda, extinção do assentamento e despejo de sua população. Este fato me trouxe bastante preocupação, pois temi pela ocorrência de algum tipo de conflito, tendo em vista a aglomeração dos sem terra a porta do Tribunal e a presença de quatro viaturas da polícia militar no local. Felizmente tudo transcorreu pacificamente.

Quanto à audiência, ela acabou sendo reagendada para uma data futura, devido à ausência de um membro do tribunal por problemas de saúde.

5.1.2 IMPRESSÕES ACERCA DO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES DE VIDA

Retornando a um dos objetivos específicos, que é discutir como o trabalhador está integrado ao ambiente e a organização coletiva do trabalho no assentamento, a partir desta seção, desenvolvemos esta discussão que se prolonga até a seção 5.1.4, onde são apresentadas características que corroboram a prática, a organização e a integração do trabalhador no trabalho coletivo no assentamento.

Durante a realização da pesquisa de campo, quando pude conviver diariamente com os assentados(as) por um período de 15 dias, foi possível concluir que o número de famílias, que atualmente compõe a comunidade, passou de 42 famílias, informação do PNRA (BRASIL, 2019), para 63 famílias, conforme informado pela própria comunidade.

A origem da população que compõe o assentamento é formada, por agricultores que trabalhavam em fazendas da região, moradores de comunidades carentes de Macaé e municípios vizinhos, e pessoas que haviam saído do campo e que vislumbraram no processo de reforma agrária, a oportunidade para retornar as suas origens.

Como dito anteriormente, eu tinha a ideia de que as famílias estivessem morando próximas umas das outras, como uma agrovila, mas a realidade é bem diferente. O INCRA já havia realizado o fracionamento do território e as famílias receberam cada qual uma área individualizada, denominada de Unidade de Produção Agroecológica Familiar (UPAF) que ficam distantes entre si.

O assentamento é formado pelas UPAF's em que cada assentado(a) pode cultivar e criar animais que lhe convém, respeitando os critérios que o PDS exige.

O assentamento ainda não dispõe de uma área de lazer, embora sua construção esteja no Plano de Utilização (PU) do território. Como espaço social há a casa da sede, único local em que há energia elétrica e onde acontecem as festas da comunidade, serve também como local eventual de acomodação de estudantes e pesquisadores, além das assembleias.

As moradias, barracos como eles chamam, são construídas de forma bem precária, algumas são feitas com estrutura de bambus cobertos com lonas, enquanto que outras são construídas com estrutura de madeira e cobertas com telhas onduladas de fibrocimento.

O tamanho varia de acordo com os recursos que a família dispõe para adquirir o material necessário para construção. Não há energia elétrica nem água canalizada.

As figuras 8, 9 e 10 a seguir, mostram o modelo de casa construída pela população residente no assentamento, a fragilidade dos materiais utilizados assim como sua precariedade.

Figura 8 – Tipo de casa do assentamento (barraco)



Fonte: Acervo próprio

A eliminação do esgoto sanitário é feito com o que eles denominam de sumidouro agroecológico, que é uma fossa feita de pneus sobrepostos com cal na base, para que este promova a decomposição dos micro-organismos e impeça a contaminação e o impacto ao meio ambiente.

A coleta de lixo é realizada quinzenalmente pela prefeitura, para isso, há um local exclusivo para o descarte dos resíduos, que não são aproveitados pela comunidade.

A precariedade também é reproduzida no interior da casa (Figura 9), onde o mobiliário também é bastante simples e no piso não há nenhum tipo de acabamento, sendo de chão batido.

Figura 9 – Área interna do barraco



Fonte: Acervo próprio

Estas condições precárias fazem parte de todo o território do assentamento. Em sua maioria os barracos das unidades individuais, se encontram inacabados ou construídos provisoriamente com material reutilizado, devido à falta de investimentos públicos ou privados.

Com exceção da sede, nenhum outro lugar do assentamento dispõe de energia elétrica. Não há telefone público e também sinal de telefonia móvel, o que dificulta consideravelmente a comunicação.

Alguns moradores que estão próximos da sede conseguiram puxar uma rede elétrica para sua UPAF (gato), porém a energia que chega ao barraco, não suporta se quer ligar uma geladeira ou mesmo um televisor.

A água para consumo é obtida de poços artesianos (cacimbas), como pode ser observado na Figura 10 abaixo.

Figura 10 – Poço artesiano (cacimba)



Fonte: Acervo próprio

Quanto à questão da saúde, também consta no PU um espaço para construção, de uma estrutura capaz de acolher os profissionais, para prestação de atendimento básico de saúde, como consultas, prescrição de medicamentos, encaminhamentos para médicos especialistas e realização de exames, porém ela sequer foi iniciada.

Para minimizar esse problema, o assentamento dialoga com a secretaria municipal de saúde de Macaé, a elaboração de um calendário, para realização de atendimento médico aos moradores na sede do assentamento. Inclusive no dia que cheguei ao assentamento, estava acontecendo esse atendimento realizado pela secretaria de saúde.

Quando se trata de alimentação e os demais itens de consumo, o que não se pode obter com o plantio e criação própria de animais fica dependente do comércio do distrito de Córrego do Ouro ou mesmo Macaé.

Porém não é muito fácil, pois, não há transporte público para fazer o deslocamento do assentamento até a rodovia, onde há circulação de ônibus para o distrito de Córrego do Ouro, ficando a mercê de uma carona ou mesmo de uma considerável caminhada até chegar à estrada.

A propósito, as estradas na zona rural comumente são de chão, como pode ser verificado na figura 11. Na época de chuva o deslocamento fica bastante prejudicado, seja a pé, carro, motocicleta ou mesmo bicicleta, esses dois últimos transportes são muito utilizados, porém a caminhada é predominante.

Figura 11 – Assentado carregando as compras feitas no mercado



Fonte: Acervo próprio

No PU do assentamento, consta o projeto para construção de uma escola do campo, dentro do território do assentamento, que também ainda não foi possível sua construção.

Por sinal, a secretaria de educação do município disponibiliza transporte, conforme a figura 12, que vai ao assentamento pegar os estudantes e levá-los para a escola e depois os leva de volta. Isso acontece nos períodos da manhã, tarde e noite para atender além das crianças e jovens em idade escolar, também os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Figura 12 – Transporte escolar da prefeitura



Fonte: Acervo próprio

5.1.3 IMPRESSÕES ACERCA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A rotina de trabalho começa bem cedo, para que se possa aproveitar ao máximo, antes que a temperatura esteja muito elevada. Para a comunidade o trabalho nas áreas coletivas, acaba sendo também uma forma de interação social entre eles.

O trabalho nas áreas coletivas, também é tido como um espaço de socialização da comunidade, uma vez que as relações estabelecidas nesses encontros vão além da realização das tarefas, isso pode ser percebido nas palavras abaixo:

[...] porque você trabalha, é praticamente quase uma diversão, porque você, além de você tá produzindo, você com a comunidade, você se diverte, brinca com o parceiro de trabalho, com colega de trabalho é mais animado, você trabalha mais a vontade, porque se vê aquela comunidade ali todo mundo no mesmo objetivo [...]. (E7)

A coordenação dos núcleos de base é representada sempre em dupla, sendo um homem e uma mulher, pois há também uma preocupação do MST com a questão de gênero.

Não há na comunidade nenhuma igreja ou qualquer espaço de manifestação religiosa, o que não quer dizer que não existam adeptos a cultos religiosos. Também não há um espaço para lazer da população local, isso fica mesmo somente no PU que propõe a construção de uma praça, parque infantil e quadra poliesportiva.

Pelo que pude perceber, as festas acontecem na sede. No período inclusive em que lá estive, foi promovida uma festa para as crianças em comemoração ao dia 12 de outubro, dia das crianças, quando foi oferecido cachorro quente, pipoca, refrigerante, milho assado, etc., brincadeiras e distribuição de brinquedos. Momento de confraternização da comunidade e principalmente de muita alegria para os sem terrinha.

5.1.4 IMPRESSÕES ACERCA DAS ATIVIDADES DE TRABALHO

As atividades de trabalho a serem executadas nas áreas coletivas, são definidas conjuntamente com a comunidade e na maioria das vezes são feitas de forma manual.

O trabalho, principalmente na área coletiva, é muito prejudicado pela falta de caminhão para transportar a produção ou qualquer veículo próprio ou mesmo maquinário para que o trabalho seja mecanizado.

Em algumas ocasiões, determinadas culturas são plantadas fora de época, porque a comunidade fica na dependência da prefeitura enviar o trator, para arar a terra e frequentemente acontecem atrasos, impactando no resultado da produção, impedindo que se obtenha maior produtividade.

Como por exemplo, relato a experiência que vivenciei quando estive fazendo essa pesquisa.

Os assentados e as assentadas já haviam feito à colheita de quase mil e quinhentos quilos de feijão, que ficaram guardados entre lonas, para se proteger da chuva por mais de quinze dias, esperando que a prefeitura enviasse uma máquina para bater o feijão, ou seja, fazer a debulha mecanizada do feijão, o que não aconteceu.

Com receio de se perder aquela produção, a comunidade decidiu então fazer o trabalho manualmente, mesmo sendo exaustivo e com uma perda proporcionada pelo método utilizado.

O assentamento não dispõe de um galpão adequado para abrigar a colheita e a sede acaba sendo utilizada também para esta finalidade.

Falta também, por parte da prefeitura, mais atenção quanto à limpeza das valas que escoam as águas das chuvas. Quando chega a época das chuvas, boa parte do assentamento fica alagado, o que resulta em muitas perdas de culturas plantadas pelos assentados(as).

A figura 13 mostra parte do feijão que foi colhido, e estava aguardando o equipamento para fazer a debulha, ou seja, como os assentados dizem: bater o feijão.

Figura 13 – Feijão para ser debulhado (batido)



Fonte: Acervo próprio

Conforme dito anteriormente, por falta de local apropriado para guardar a produção, muitas vezes a cultura colhida é guardada de forma improvisada no próprio local do plantio.

Eu, em conjunto com alguns companheiros e companheiras da comunidade, realizamos então esse trabalho, como pode ser observado na figura 14, que foi executado em dois dias.

Figura 14 – Trabalho de debulhar (bater) o feijão manualmente



Fonte: Acervo próprio

O trabalho é cansativo, mas a satisfação de ver o resultado dele, de ter a consciência de que se está contribuindo, para alimentar um número sem fim de pessoas, é muito gratificante e principalmente sabendo que se está oferecendo um alimento saudável, um alimento sem agrotóxico, um alimento agroecológico.

Feito isso, partimos para colher o restante do feijão, que já estava no ponto de colheita, conforme representado pela figura 15, felizmente esta segunda porção colhida e maior que a primeira foi debulhada de forma mecanizada, pois a prefeitura enviou o maquinário necessário para execução do trabalho.

Figura 15 – Colheita de feijão



Fonte: acervo próprio

Com relação aos valores construídos no trabalho, pude perceber que os moradores são bastante solidários e que talvez seja este o maior mecanismo de socialização. Procuram se ajudar e há muita troca de conhecimento para melhorar a lavoura.

Em sua maioria os membros são bem participativos e não observei nenhum tipo de competição entre eles. Desacordos entre um e outro sempre acontecem, mas tudo é resolvido com diálogo e democracia.

5.2 FORMAS DE ORGANIZAR, EXECUTAR E REMUNERAR O TRABALHO

Estas três categorias, estão relacionadas com o conceito da autogestão, e tem como propósito observar na gestão do assentamento, a presença de alguns aspectos como, por exemplo, “como é feita a tomada de decisões no assentamento”; “como é a distribuição das tarefas entre os participantes da produção coletiva”; “qual o critério de remuneração do trabalho nas áreas coletivas e como é feito o controle”.

De acordo com a SENAES (BRASIL, 2015), a autogestão tem como um de seus princípios, que as decisões em um empreendimento aconteçam de forma coletiva, todos podem opinar e não há individualismos. Assim também definido por Bobbio *et al* (1998), quando diz que se trata da socialização do poder, revestindo os trabalhadores com poder deliberativo nas decisões.

Conforme Chiariello (2012), a autogestão abarca politecnia, cooperação e economia solidária e precisam de planejamento.

5.2.1 FORMA DE ORGANIZAR

O assentamento Osvaldo de Oliveira tem como configuração espacial a divisão em duas áreas: áreas individuais e áreas coletivas, sendo esta última de nosso interesse.

O trabalho a ser realizado nas áreas coletivas é discutido em reuniões e assembleias, onde são tomadas as decisões quanto às tarefas que precisam ser realizadas, a formação das equipes de trabalho e a distribuição dessas tarefas entre as equipes, que permite a comunidade controle dos meios de produção e resultados exatamente por participarem das decisões, conforme descreve Vazzoler (2004).

Como visto na declaração a seguir, as decisões são tomadas de forma coletiva, sugerindo que tal modelo se assemelha a definição apresentada por Bobbio *et al* (1998):

Geralmente acontece dessa forma né, a coordenação vai discutir a necessidade que a gente tem de produzir né, e aí vem uma proposta mais ou menos estruturada de como proceder né, a gente já tem um método da organização de trabalho, que a gente reafirma né nas reuniões de núcleo e nas assembleias e a gente propõe também as formas da gente trabalhá o solo, como é que a gente vai conseguí o maquinário, essa coisas, e a gente leva as propostas pra reunião de núcleo e pra assembleia pra gente i afinando e aí todo mundo tem o direito de opinar, colocar as suas questões e aí a gente vai tirano as equipes de trabalho [...]. (E1)

Embora exista a figura do coordenador e da coordenadora, esta é considerada apenas como uma tarefa, o que significa dizer que não há nela uma condição de liderança ou de tomador de decisão, que no entendimento de Faria (2017), seria a negação da heterogestão e na cessação da autoridade estruturada na sociedade e nas organizações que é corroborado pela fala do entrevistado (E4):

Nós não temos liderança, liderança somos todos nós [...]. (E4)

O assentamento não é somente um território, onde estão reunidas famílias de sem terra, mas vai, além disso, transformando-se também em um espaço de socialização e democracia. Neste espaço as decisões, organização das tarefas e modo de executá-las são aprovadas pela comunidade:

O relato do entrevistado (E5) abaixo, corrobora o conceito de autogestão definido pela SENAES (BRASIL, 2015), conforme vimos no início desta seção, ao afirmar que na autogestão as decisões são tomadas de forma coletiva de maneira a privilegiar o grupo e não o indivíduo.

Elas são definida através das nossas assembleias né, que é o espaço democrático que nós temos dentro do nosso assentamento e que a assembleia delibera né a forma e como nós vamos trabalhar. (E5)

Nestes fragmentos dos entrevistados (E9) e (E8), também é possível confirmar que a tomada de decisão é coletiva, conforme descrito por Lins (2013) ao afirmar, que a autogestão é uma prática em que os próprios trabalhadores, decidem o que fazer e que se encontra apoiado nos princípios de cooperação, solidariedade, igualdade e democracia:

Tudo na base da assembleia, de reuniões de núcleo entendeu, a gente conversa, senta todos conversa, coloca-se a demanda do que é pra fazer, o que tem pra fazer, tira sempre um grupo pra fazer tal tarefa, outro grupo pra outra tarefa é porque não é sempre uma tarefa só, por exemplo, hoje uma equipe veio pra cá espalhar o feijão, tem uma equipe na cozinha preparando a refeição, outra equipe foi rancá os feijão que tá lá e é sempre assim [...]. (E9)

[...] é o coletivo funciona assim, faz no caso assembleia, aí na assembleia a gente conversa aquilo que a gente que construir na área coletiva, entendeu, ela funciona dessa forma assim, aí fica todo mundo reunido ali e ali discute o... pa tombá uma terra, pa prantá, pa limpá aí todo mundo junto ali [...]. (E8)

De maneira geral, os assentados(as) ao serem questionados se, se sentiam como sujeitos diretamente envolvidos na organização do trabalho desenvolvido no assentamento, foram unânimes em afirmar que estão envolvidos com a organização do trabalho, pois as decisões são tomadas em reuniões e assembleias:

Podemos perceber nos extratos abaixo (E7) e (E3) que, o ato de tomar decisões em assembleias é uma prática social, que está apoiada na distribuição do poder, que segundo Carvalho (2012) é pertinente à autogestão.

É hoje na verdade, aqui como a gente é uma comunidade, então cada plantio que a gente faz aqui, é feito uma assembleia e depois ela é discutida o que nós vamo plantá, a maneira de plantar, tem até lua também as vezes, não as vezes é uma lua nova é bom pra plantar o que? Então tudo isso a gente discute em assembleia [...]. (E7)

Então, quando plantar e o que vai plantar é decidido na assembleia. (E3)

Embora as decisões sejam tomadas em assembleias, nem sempre toda a comunidade se faz presente e isso traz para o assentamento um problema na comunicação conforme justificado pelo entrevistado (E11):

[...] as veze não é porque querem faltá, as veze é por falta de comunicação. (E11)

Atualmente, o assentamento tem contra si, uma ação de despejo tramitando na justiça e por conta desta situação, organizaram uma forma de se manterem mais unidos, de resistirem e de se precaverem contra atos de depredação ambiental que possam incriminá-los.

Assim sendo, foi improvisado na entrada do assentamento, o que eles chamam de barracão da resistência e ali realizam todas as manhãs, as reuniões de núcleo. Este espaço é representado pelas figuras 16, 17, 18 e 19.

Nessa estrutura construída provisoriamente com bambu, lonas, plásticos e folhagens, os integrantes de cada núcleo passam as noites, dormindo no chão forrado com esteiras e lonas.

No período em que estive no assentamento, dormi oito noites no barracão da resistência, três noites na sede do assentamento, três noites na casa de uma família assentada, além da primeira noite passada na casa da resistência em Córrego do Ouro.

Na figura 16, podemos observar a reunião de um núcleo de base para deliberar as atividades, que deverão ser realizadas durante o dia e comunicando ao grupo que assumirá o próximo turno o que foi realizado no dia anterior.

Figura 16 – Reunião de núcleo de base



Fonte: Acervo próprio

As assembleias normalmente acontecem na sede do assentamento, porém estão sendo realizadas no barracão da resistência, tendo em vista a manutenção da mobilização da comunidade, uma vez que a sede está distante aproximadamente quatro quilômetros da entrada do assentamento.

A Figura 17 ilustra o espaço onde os nucleados passam as noites de vigia do assentamento, fazem as refeições, se abrigam do sol no período mais quente do dia e também se protegem da chuva.

Figura 17 – Barracão da resistência



Fonte: Acervo próprio

Durante minha estadia no assentamento, o barracão da resistência foi o espaço onde passei praticamente todo o tempo. As refeições eram realizadas ali mesmo, feitas em fogão a lenha, (Figura 18), e com doações de toda a comunidade.

Figura 18 – Preparação do alimento no fogão a lenha



Fonte: Acervo próprio

As necessidades fisiológicas eram realizadas em banheiros improvisados, (Figura 19), próximo ao barracão e para tomar banho, o rio São João que corta a entrada do assentamento era a opção.

Figura 19 – Banheiros do barracão da resistência



Fonte: Acervo próprio

Em todo período que estive no assentamento, participei ativamente das tarefas diárias com os companheiros e companheiras e só não estive no barracão da resistência em dois dias, quando estive na casa de uma família assentada e não foi possível ir para o barracão por causa da chuva.

Como forma de envolver toda a comunidade na resistência, foi estabelecida uma escala de revezamento, conforme figura 20, de maneira que os sete núcleos que compõe o assentamento, fiquem responsáveis por manter a ocupação do barracão por um período de 24 horas de vigia. Tal escala será aplicada, pelo menos, até o fim do processo judicial.

Figura 20 – Escala de permanência diária no barracão

DATA	NB	COORDENADORA	COORDENADOR
23/09	7	ROSANEA	PEREBA
24/09	1	BAIANA	NELSON
25/09	2	GILDETE	ZUMA
26/09	3	EDNA	GRANDE
27/09	4	DELIRA	RENATO
28/09	5	MARCELA	MATHEUS
29/09	6	GININHA	EDINILDO
30/09	7	ROSANEA	PEREBA
01/10	1	BAIANA	NELSON
02/10	2	GILDETE	ZUMA
03/10	3	EDNA	GRANDE
04/10	4	DELIRA	RENATO
05/10	5	MARCELA	MATHEUS
06/10	6	GININHA	EDINILDO
07/10	7	ROSANEA	PEREBA
08/10	1	BAIANA	NELSON
09/10	2	GILDETE	ZUMA
10/10	3	EDNA	GRANDE
11/10	4	DELIRA	RENATO
12/10	5	MARCELA	MATHEUS
13/10	6	GININHA	EDINILDO
14/10	7	ROSANEA	PEREBA
15/10	1	BAIANA	NELSON

* ASSEMBLEIA:
TODO SÁBADO, ÀS 9 HORAS

* REUNIÃO
TODOS OS DIAS, ÀS 8 HORAS

Fonte: Acervo próprio

Esta orientação, tanto mantém a comunidade mobilizada quanto coíbe tentativas de invasão ao território pertencente ao assentamento Osvaldo de Oliveira, proporcionando uma aparente sensação de segurança.

5.2.2 FORMA DE EXECUTAR

Conforme Faria (2009), a autogestão não se restringe a criar grupos de trabalho, mas a romper com as estruturas autoritárias e nesse sentido, o assentamento procura envolver voluntariamente todos os assentados(as) nas atividades coletivas de produção.

Entretanto podemos observar nos fragmentos a seguir, a necessidade de um suporte essencial da educação, ou seja, é preciso um trabalho pedagógico como afirmam Motta (1981) e Mandel (1977), a fim de levar ao indivíduo o conhecimento necessário dos benefícios proporcionados pelo trabalho coletivo.

Por isso, a cada coletivo de produção há uma variação, no número de assentados(as) participantes na organização e na gestão da produção. O que não representa a orientação do assentamento, mas refere-se a um processo que vem sendo construído com as famílias:

[...] no trabalho assim, a gente tem uma boa participação assim dos assentados, tem muita flutuação assim do, em cada coletivo que a gente monta tem uma certa flutuação do número de famílias que tá, que tá envolvido naquele, naquele processo né [...] tem mais participação na execução do trabalho do que na organização e na gestão propriamente dito da produção ou da comercialização [...]. (E1)

Esta é uma postura, que foi naturalizada por experiências adquiridas com o passar dos anos a partir, de uma posição individualizada, e que o assentamento procurar mudar esse pensamento trazido por alguns membros, como pode ser observado no fragmento da fala do entrevistado (E1):

Inclusive nós temos é no Movimento enquanto, enquanto princípio a direção coletiva né, então é pra nós né, na nossa atuação enquanto Movimento é importante a gente que seja o mais amplo possível a participação e a construção dos processos né, é o nosso maior desafio é hoje no.... do Movimento na.... na construção dos assentamentos dos acampamentos é a gente ampliar essa participação é das famílias né. (E1)

A dificuldade na conscientização da comunidade, para se alcançar uma relação de comprometimento com ações coletivas, também fica evidente no discurso do entrevistado (E3):

[...] assim, a gente vem de uma, de uma cultura onde as pessoas estão muito preocupada com o seu desenvolvimento individual né, e aí quando você fala em desenvolver é, a comunidade parece estranho, parece que ele tá esquecendo do seu desenvolvimento individual não consegue ver o todo né[...]. (E3)

Em relação à terceirização, parte da população mais envelhecida e que vive só, acaba contratando pessoas da própria comunidade para ajudá-los em sua UPAF, como mostra o seguinte relato:

Algumas famílias, principalmente a companherada que é mais velha, já idosa é quando tem, tem muito serviço contrata um companheiro ou uma companheira pra um dia de trabalho, mas isso é geralmente é alguém ali de dentro do assentamento mesmo, filho de assentado ali e ai vai trabalha na diária ali junto com a pessoa pra planta ou pra capina. (E1)

No entanto, na atividade que eles tratam como biscate, é possível observar certa contradição na fala de dois assentados, ao mesmo tempo em que um diz que é uma prática incomum (E3), para outro a prática é comum no assentamento (E2):

Não é um trabalho [...] é uma atividade esporádica [...] informal, não tem não, pouquíssimos talvez, muito pouco assim [...]. (E3)

[...] aqui dentro tem muita gente que tem um biscate né, porque tem necessidade né, têm pessoas que é doente, então o salário que tem que ganha, muitos vivem de bolsa família né e muita das veze num dá pa podê compra o remédio e alimentação, se bem que a gente não paga luz nem água, mas mesmo assim fica puxado, então algumas pessoas sai pa podê fazer um biscate lá fora [...]. (E2)

Quanto à jornada de trabalho, a necessidade da produção, o cuidado com o que já está plantado e as condições climáticas é que irão definir o tempo de trabalho diário, geralmente são sete ou oito horas/dia, como podemos observar nos relatos destes dois entrevistados, (E1) e (E3):

É basicamente é a necessidade né, é se a gente ta com, com uma roça que a gente precisa capiná porque o mato já ta, já ta vindo e sufocando a produção e ai a gente tem que trabalhá o dia cheio vai da mais ou menos sete, oito horas de trabalho é no dia né, mas isso é muito, é muito flexível porque durante o trabalho ali as famílias que tão, que tão trabalhando que vão decidir quando vai parar, a gente tem estabelecido já um horário de, de começá né, é então a gente começa todo mundo junto, ai vai trabalhando e ai a gente vai se consultando que horas a gente para pra, pra tomar o café ai todo mundo para, a gente vai toma o café retoma e ai a gente decide também que horas a gente vai para pra almoçá que horas a gente vai volta pro, pro trabalho e até que horas a gente vai, mas quando a gente trabalha o dia cheio é mais ou menos oito horas. (E1)

Né, é, é a gente distribui né o trabalho, né o trabalho a gente marca a hora de pegar, tipo sete hora da manhã, oito hora da manhã a gente marca pega ali no trabalho e vai até geralmente a gente vai quando tá normal a capina uma coisa assim não muito urgente a gente vai até meio dia, onze hora, meio dia hora do almoço, quando tem uma emergência o pessoal vai até o anoitecer, por exemplo, a colheita de feijão tá prometendo chuva o pessoal vai direto até cinco hora, seis horas, até a hora na verdade até a hora que a turma desejar. (E3)

De acordo com a fala desses dois membros da comunidade, as tarefas necessárias no coletivo são realizadas por todos, não existindo a ideia de fazer rotação ou rodizio dessas atividades entre os participantes do coletivo:

[...] É, nunca trabalhamo nessa parte... essa tese ai não. A tese igual, voltando no início, a tese é quem começa no coletivo primeiro, assim no início ele tem que i até o fim. Então não tem essa de... de ta repartino. Ele tem que i até o final [...]. (E6)

[...] todo mundo faz tudo até aqui entendeu [...]. (E11)

5.2.3 FORMA DE REMUNERAR

De acordo com Vazzoler (2004), em uma organização autogestionária o trabalho é organizado de forma coletiva e os resultados da produção são distribuídos com base na produção de cada trabalhador.

A partir deste entendimento, podemos perceber nos relatos a seguir, que o modelo de remuneração utilizado no assentamento, dialoga com o ponto de vista de Vazzoler.

No entanto, quanto à remuneração do trabalho temos que ter em mente, que o território é dividido em espaços individuais e espaços coletivos, com formas diferentes de remuneração do trabalho entre eles.

Nos espaços individuais, cada família tem liberdade para negociar sua produção como melhor lhe convier e, portanto definindo assim a melhor maneira de se auto remunerar pelo trabalho desenvolvido.

Já nos espaços coletivos, a comunidade adota como forma de remuneração o critério de horas trabalhadas, por considerarem ser um método mais justo:

Este modelo foi implantado, porque alguns trabalhadores não trabalhavam o mesmo tempo que os outros, e no final acabavam recebendo igual aos demais, assim, decidiu-se em assembleia por remunerar pela hora trabalhada, conforme destaca os entrevistados (E5) e (E9) abaixo.

[...] o método que a gente tá usando, ele é mais do que justo, porque o que não é justo é eu trabalhar quatro hora e o companheiro trabalhar dez e eu ganha igual ao companheiro, então isso aí tá fora de cogitação [...]. (E5)

A gente via que muitos companheiros é, por exemplo, vamos chegar sete hora, vamos tentar chegar todo mundo sete hora, até porque é um trabalho é as horas melhores pra trabalhar na parte do dia, porque depois o sol esquenta [...] isso, então a gente percebeu que tinha parceros que chegava onze hora do dia, dava duas enxada ia embora e queria receber o dia todo igual os outros, a gente falou não, vamos.... vamos colocar, passar te um, um banco de horas né, onde a gente vai passar a anotar o nome.... por isso que eu falei, ninguém é obrigado a chegar sete hora, mas ele chega meio dia, mas não tem porque receber o mesmo [...] isso, isso aí a gente passou a fazer dessa forma e eu acho que é a melhor forma. (E9)

Na figura 21, temos uma representação do registro do método de controle manual de presença e de horas trabalhadas, por cada participante no trabalho realizado nas áreas coletivas de produção.

Figura 21 – Registro de anotação de horas trabalhadas

04 10 2019

Manhã

Mameel	8h às 9h20 → 16h às 16:40
Jailson	8h às 9h20 → 16h às 17:30
Wilson	8h às 9h20 → 16h às 17:30
Alexandre	8h às 9h20 → 16h às 17:30
Delira	8h às 9h20 → / /
Nono	9h às 9h20 → 16h às 17:30
Chiquinho	16h às 17:30
Eraldo	16h às 17:30

Apim / A Bóia

- Chiquinho 8h → 11h30 - 13h às 16h
- Seizio 8h → 11:30 → 13 às 16h
- Mameel 9h30 → 11:30 → 13 às 16h
- Jailson 9h30 → 11:30 → 13 às 16h
- Wilson 9h30 → 11:30 → 13 às 16h
- Alexandre 9h30 → 11:30 → 13 às 16h
- Delira 9h30 → 10:40 — / /
- Mauro 8h → 11:30 → 13 às 16h
- João 8h → 11:30 → 13 às 16h
- Nono 9h30 → 11:30 → 13 às 16h
- Eraldo 8h → 11:30 → 13 às 16h
- Seizio 8h → 11:30 → 13 às 16h
- George 8h → 11:30 → 13 às 16h
- Valdenir 8h → 11:30 → 13 às 16h

Fonte: Acervo próprio

Essas horas são anotadas manualmente em um caderno por mais de uma pessoa, normalmente os coordenadores do núcleo responsável pelo dia em que se está trabalhando, mas pode ser qualquer participante do trabalho coletivo, desde que tenha sido aprovado em assembleia, conforme (E2):

Aí quando a gente vai, a gente vai montar um coletivo, aí na assembleia a gente vê quantas pessoa, tira um homem e uma mulher ou dois homens e duas mulher, quem tiver ali disponível e agente tira uma pessoa pa fazer as anotações de quem tá chegano de quem tá, né qual horário que as pessoa tá chegano e essas mesma pessoa desde do, do dia do preparo da te.... do solo até distribuição do, do que a gente pranto, até sai pa se comercializada essa anotação é que vale. (E2)

Mesmo o registro sendo feito manualmente, as ocorrências de possíveis erros são bem pequenas e qualquer dúvida que possa existir é dissipada em assembleia, como dito pelo entrevistado (E1):

[...] essas questões né, é claro que sempre aparece uma coisa ou outra né, até quando a gente foi fazê o calculo do feijão é uma das companheiras tinha ficado responsável por anota um dia né, e ai ela como ela tava anotando, ela esqueceu de escrever o próprio nome né (risos) e ai ela só foi percebê isso quando a gente foi fazê o calculo do, é o calculo total né das horas trabalhadas e quanto caberia pra cada um e ai também ela coloca, colocou né na assembleia pra todo mundo e ali, ali a gente resolveu [...]. (E1)

5.3 FORMAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO

A fim de relacionar a categoria “formação técnica para execução do trabalho” que é intrínseca a politecnia, buscou-se observar na fala dos entrevistados, evidências da existência deste conceito no cotidiano da comunidade e principalmente, se e como, o MST contribui para a capacitação do assentado(a).

O conceito de politecnia, de acordo com Saviani (1989) e Chiariello (2012), envolve a aproximação entre trabalho intelectual e manual para que o trabalhador domine técnicas variadas para execução do trabalho, de maneira que o trabalhador precise fazer uso não só de sua própria experiência, mas também necessite adquirir conhecimentos técnicos para melhor aplicá-la no seu dia a dia.

O extrato a seguir (E1), mostra o compromisso do MST com o desenvolvimento tanto intelectual quanto manual para aperfeiçoamento dos assentados(as):

[...] a gente fez uma parceria com, com a UFF de Rio das Ostras pra fazê essa, essa capacitação e formação continuada é então foi de 2009 até 2014... e com a Cooperar que uma cooperativa de assistência técnica que nós temos do Movimento né, que é a nível nacional[...]. (E1)

Para estes outros dois entrevistados (E4) e (E2), a comunidade recebe apoio e orientação do MST para o desenvolvimento técnico da produção e também para o desenvolvimento profissional pessoal:

[...] é tanto que eles promove cursos né dos assentados, a gente fica aqui, a gente não fica parado, a gente faz cursos [...]. (E4)

[...] dentro do assentamento existe muito de nós aqui já fez né é formação. é de interesse né, do Movimento dá oportunidade que a gente né que as pessoa se forme né pra pós-graduação né, medicina e muitos de nós corre atrás[...]. (E2)

Segundo Chiariello e Eid (2013) para que a politecnia se consolide, não pode haver divisão entre trabalho intelectual e manual, portanto, é necessário que os sujeitos inseridos na organização tenham condições, de unirem suas habilidades manuais com a formação adequada para desempenhar seu trabalho:

O que se percebe nas narrativas a seguir, é que o MST procura levar para a comunidade assentada não só o conhecimento para realização do trabalho na agricultura, ou seja, dentro do assentamento, mas também tem interesse em preparar profissionais em outras áreas de conhecimento:

[...] a gente tamem sai, tamem as vez faz curso, tem algum seminário de alguma coisa a gente vai lá faz de conhecimento de uma planta de tudo, como combatê uma praga, tudo isso a gente tem o conhecimento. O Movimento dá muito apoio, inclusive o Movimento dá apoio até os filho dos assentado, porque as vezes quando tem algum curso, por exemplo, chega aí es liga pra cá fala oh vai te um curso tal, até pra medicina pra filho de assentado sempre tem conseguido aqui. (E7)

Uma das coisa que o MST mais faz é ensina né, [...] ah eu quero aprende, eu quero ser advogado o MST vai te encaminha, você vai estuda e você vai alcançá advocacia como você desejava a se um advogado né, ah mas eu quero se um agricultô, eu num quero se um advogado, tem os estudo da agricultura do assentado né [...]. (E5)

Desta maneira, o Movimento incentiva os assentados e as assentadas na construção de conhecimento, tanto dentro dos seus espaços, como também para além deles, proporcionando ao indivíduo uma formação diversificada, que corrobora com o pensamento de Vazzoler (2004), quando diz que é preciso a evolução técnica frequente do grupo.

Há, no entanto, de acordo com alguns entrevistados, certa preferência pelos mais jovens, no momento da seleção dos assentados(as) para participar de cursos técnicos, principalmente quando esse acontece fora dos limites do assentamento:

[...] vai ciclano porque é mais novo, como que veio aqui pra fazer um curso, mas eu porque tinha essa idade não poderia ir, só jovem, as pessoa mais novo que podia ir. (E11)

Tem incentivo sim, mais aí, a única coisa que eu acho errado que es procura idade das pessoa [...] tem uma certa idade que es que bota, es que bota mais o jovem mais [...] as pessoa assim mais pa cima es ficam dando uma cortada [...] só jovem que es botam mesmo pa esses curso aí, tudo existe isso aí, esses curso aí existe sim [...] mas as pessoas que es procuram é mais os jovem. (E6)

Pelo exposto, este estudo corrobora que a politecnia precisa estar presente num assentamento autogestionário, a fim de conceder ao trabalhador a possibilidade de gerir todo o processo, que envolve a organização da produção e do trabalho no assentamento, conforme Chiariello e Eid (2013).

5.4 COOPERAÇÃO NAS ATIVIDADES DE TRABALHO

Para esta categoria, nosso interesse foi investigar se há no território, a existência de trabalho cooperado, entre os integrantes da população do assentamento, de modo a configurar o conceito de economia solidária.

De acordo com Singer (1999), essa cooperação é intrínseca a economia solidária, também se dá através de laços de solidariedade produzidos nas relações de sociabilidade entre os membros da comunidade, retratado como segue:

É o que a gente trabalha muito dentro do nosso projeto é a trocas de dias de trabalho né, por exemplo, eu fiz uma lavora dentro da minha área né, o tratô foi lá preparô o solo e tal eu meti o ferro e prantei, só que veio muito mato eu num dei conta de limpá a lavora, mas o meu vizinho tamém fez o mesmo então eu junto com meu vizinho e troco um dia de serviço com ele, trabalho um dia na minha lavora e trabalho um dia na dele. (E5)

Em outro relato é possível identificar, a existência de uma ação que é comum na comunidade e está conectada a economia solidária, devido à solidariedade presente, ou seja, a preocupação com o outro conforme definido pela SENAES (BRASIL, 2015) e que se é possível confirmar no extrato da fala do entrevistado (E2):

[...] a gente tá pensando em fazer mutirão pa ajudar um ao outro, porque a gente tá indo pa nossas área de unidade, então tem muitos que tão com muita dificuldade de se locomover da onde tá pa área, né trabalhar a área [...] pa podê fazer seu barraco, então a gente tá pensando, já foi feito né, muito já foi feito o meu mesmo foi feito um mutirão né, alguém fez um mutirão pa podê me ajudar a construir o meu barraco e eu também já participei de mutirão pa podê ajudar a construir os barraco, o único rodizio que a gente tem no momento é por aí. (E2)

Além disso, encontramos também indicações de que há cooperação na relação entre os indivíduos da comunidade, como descrito neste relato:

[...] desde quando eu cheguei aqui então a gente se programava, sentava e conversava, [...] porque logo quando a gente chego praqui a gente pegô uma parte de terra de 90x90, então a minha parte de terra 90x90 foi perto da do seu fulano então a gente combinou pra ele cavá e eu prantá, tanto pranta o meu e pranta o dele entendeu [...]. (E11)

No entanto, no entendimento de alguns assentados, o que as organizações caracterizam como terceirização do trabalho, eles consideram no assentamento como uma prática de troca de dias, ou seja, uma cooperação que pode acontecer nas UPAF's entre um e outro companheiro, como explicitado pelo entrevistado a seguir:

[...] um colega que um, alias um assentado tá trocando um dia com outro [...] eu vou lá no lote de, de fulano e vou trabalho um dia com ele, ele vem cá no meu trabalhá um outro dia comigo, então isso aí é uma troca de trabalho [...]. (E7)

No ponto de vista de Singer (2002), a economia solidária também proporciona uma vida melhor ao envolvidos, a partir do momento que se constrói bons relacionamentos e ajuda mútua entre si, conforme podemos identificar no fragmento a seguir:

Sim, inclusive a gente tava até é construindo nessa forma, de que hoje a gente pudesse ir pro núcleo de um companheiro, amanhã seria uma vez por semana a gente tá ino faze um, um determinado trabalho no núcleo de um companheiro [...]. (E9)

Finalmente encerramos este estudo apresentando a seguir as considerações finais e sugestões de possíveis pesquisas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a proposição feita na introdução, de evidenciar o trabalho do agricultor e da agricultora no assentamento, esta pesquisa procurou investigar como se aplicam os conceitos de autogestão, politecnia e economia solidária na organização do trabalho no assentamento Osvaldo de Oliveira ligado ao MST.

Com a articulação destes conceitos é possível afirmar que, a partir da investigação realizada, eles se encontram inseridos na forma de organizar o trabalho no assentamento.

Fica evidente, que a comunidade se esforça para manter uma relação social e de trabalho coletivo, onde todas as vozes são ouvidas e todos têm os mesmos direitos e responsabilidades. Ainda que existam alguns membros, que se coloquem numa posição de individualidade, e pouco ou nunca se envolvam com o trabalho coletivo, o que requer dos coordenadores uma ação de convencimento destes indivíduos.

Ainda que as decisões sejam tomadas de forma democrática, permitindo que a população do assentamento participe diretamente dessas decisões, foi possível encontrar alguns membros que consideram suas posições ignoradas nas assembleias.

Além disso, existem outros membros, que não concordam com a forma de composição dos coletivos de produção de determinada cultura, preferindo, por exemplo, que para cada um desses coletivos, seja formado um grupo de pessoas que cuidará desse coletivo do início ao fim, não permitindo a entrada de outros membros como acontece atualmente.

Quanto a remuneração do trabalhador(a), pelo seu trabalho realizado nos espaços coletivos, ela é feita de acordo com as horas trabalhadas individualmente, ao final de cada coletivo de produção. Desta forma, este método requer certo controle das tarefas executadas, que é feito de forma manual. Mesmo sendo realizado manualmente, sem qualquer sistema eletrônico, ele transmite credibilidade e é aceito pela comunidade.

A existência de alguma forma de monitoramento, na gestão do assentamento tende a confirmar que, embora sua organização seja autogestionária, o controle se faz necessário, conforme define Faria (2013).

Outro ponto importante observado é que, para a comunidade não existe a figura do líder, ou seja, o indivíduo que tem a prerrogativa de tomar decisões, Entretanto, as questões que tem relevância para a organização do assentamento, são reportadas aos coordenadores de núcleo, que são fundamentais para consolidação de um modelo de organização social e de trabalho dentro do contexto de organização do assentamento.

No meu entendimento e com base nos fundamentos dos processos administrativos, que abarca os conceitos de Planejar, Organizar, Liderar e Controlar é possível perceber que estes coordenadores, pelas responsabilidades assumidas, são sim líderes, mesmo que a comunidade não os reconheça como tal, até mesmo em razão da ideologia do Movimento que é reproduzida no assentamento.

Esta “ausência” de líder é uma característica da autogestão, que é perfeitamente observado nas falas dos assentados(as), afirmando que as decisões são tomadas coletivamente.

É importante ressaltar que a “ausência” do líder, dentro das características da organização do assentamento, não proporciona nenhum tipo de desordem ou ações arbitrárias por parte dos assentados(as).

Qualquer assentado(a) pode ser indicado para assumir uma coordenação dentro do assentamento, uma vez que, todos os integrantes da comunidade, recebem formação adequada para representar a comunidade, inclusive perante os órgãos públicos.

Em se tratando de formação, o MST, de acordo com os entrevistados(as), prima pela necessidade de manter, em boa medida, todos os indivíduos que compõem o assentamento com uma formação técnica apropriada, para melhor desenvolver o trabalho, tanto nas áreas coletivas quanto nas individuais e também incentivando a formação profissional dos seus membros para além das questões agrárias e das fronteiras do assentamento.

Esta preocupação do Movimento identificada na fala de vários entrevistados(as), corrobora a existência da politecnia na manutenção e no desenvolvimento do assentamento e do indivíduo.

Aqueles que são indicados para realizar curso externo, cujo conteúdo esteja ligado diretamente com questões agrícolas, assume o compromisso de transmitir para a comunidade o conhecimento adquirido. Com isso pretende-se que todos sejam beneficiados.

No entanto, mesmo não tendo um critério estabelecido, para seleção daqueles que saem do assentamento, para fazer cursos de formação, há certa preferência pelos mais jovens, conforme relato de alguns entrevistados.

Ao analisar ações que configuram a existência da economia solidária, percebe-se em vários fragmentos que essa é uma prática, que está enraizada na comunidade, através da cooperação entre os ocupantes do assentamento, até mesmo, devido à idade avançada de muitos destes ocupantes e que na sua maioria moram sozinhos, necessitando do auxílio de outros trabalhadores.

Ademais, a cooperação entre os moradores do assentamento, também contribui para estreitar as relações sociais, manter laços de amizade e de solidariedade, além da manutenção de constante ajuda mútua entre os moradores.

Há também entre os assentados(as), alguns que se queixam de falhas na comunicação, ou seja, na circulação das informações, como por exemplo, as decisões tomadas nas assembleias, mas que é compreensível, pois a queixa parte dos que não participam com frequência das assembleias e também pela falta de infraestrutura de telefonia no território, que dificulta sobremaneira a circulação da informação.

Esta investigação contribui para desvelar, o discurso social democrata presente no espaço do assentamento, como sendo local de emancipação do trabalhador rural. Além da sua constante peleja pela reivindicação de políticas públicas, que verdadeiramente lhes deem garantias de fixação e manutenção do trabalhador no campo.

No entanto, este mesmo trabalhador que anseia por um espaço para viver e trabalhar, que pensa uma forma de produzir alimentos livres de agrotóxicos, para além de sua própria necessidade e bem estar, preocupa-se também com a qualidade de vida de toda sociedade, mesmo sendo marginalizado, precarizado, desassistido e demonizado pelo poder público e em certa medida pela própria sociedade.

Como sugestão para futuras pesquisas qualitativas com assentados de reforma agrária, apontamos a necessidade de investigação acerca do impacto que o trabalho e a convivência com situações de conflitos a que são submetidos possam provocar na saúde do trabalhador rural.

Considerando que alguns assentados(as) recebem o benefício do bolsa família, conforme relatado por um dos entrevistados, também sugiro explorar o impacto que este benefício, pode exercer na condição de vida de quem tem esse direito e como ele pode, interferir na relação com os que não recebem este benefício. Quais diferenças são percebidas entre os assentados(as) que têm e os que não têm o benefício? Existe algum tipo de discriminação entre os assentados(as)? A individualidade e o relacionamento com a comunidade sofre alguma modificação em consequência do benefício recebido?

Afora isso, há necessidade de realização de estudos acerca da produção e distribuição dos alimentos que são gerados nos assentamentos, além de pesquisas com foco em políticas públicas voltada ao desenvolvimento de infraestrutura para eletrificação, saneamento básico, telecomunicação, serviços de saúde, rodovias e transporte público nos territórios de assentamentos.

Assim sendo, concluo que o trabalhador rural inserido no contexto de um assentamento ligado ao MST, detém o controle sobre a organização do território, seja na forma de organizar o trabalho, na determinação do que produzir, na distribuição de renda obtida pela produção e na organização social.

Entretanto, mesmo vivendo precariamente, com pouco ou nenhum suporte do poder público, os assentados mantem-se firme no seu propósito de permanecer no campo, pela satisfação de viver da terra e produzir alimentos livres de agrotóxicos.

Se sentindo útil à sociedade, como diz um slogan da comunidade: “se o campo não planta a cidade não janta”. Eles participam de um organismo em que, seus ideais são valorizados e suas propostas são discutidas democraticamente, onde o coletivo prevalece em detrimento do individual.

Mesmo após meu retorno do campo, continuo em contato com o assentamento e tenho, na medida do possível, participado das ações que envolvem o assentamento Osvaldo de Oliveira, exemplo disso é que no dia 11/11/2019, também marquei presença juntamente com os assentados(as) do Osvaldo de Oliveira, e de outros assentamentos do estado do Rio de Janeiro em uma audiência pública, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Esta audiência foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos que é presidida pela deputada estadual Renata Souza e também contou com a presença da deputada federal Talíria Petrone, ambas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), além de representantes do Ministério Público Federal, INCRA, MST e Associação de Geógrafos Brasileiros.

A pauta da discussão orbitou em torno dos conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro, da vulnerabilidade e a precarização da situação agrária que estão submetidas às famílias fluminenses assentadas. Ao final da audiência pública, ficou definido que as reivindicações expostas pelos assentados seriam encaminhadas por meio de ofício à Secretaria de Estado de Agricultura do RJ, que mesmo tendo sido convidada a participar da audiência, não enviou nenhum representante.

Em contato recente com o assentamento, apurei que o barracão da resistência, que ficava na entrada do Osvaldo de Oliveira foi desfeito, mas que a proposta de resistência continua acontecendo na sede do assentamento, mantendo-se a escala de turnos de ocupação pelos núcleos de base.

Ademais, para a ação judicial que previa que a desocupação da fazenda, ocorresse em abril deste ano, o MST apresentou recurso na instância estadual, garantindo um tempo maior de permanência dos assentados(as) no território e ainda cabem mais dois recursos em Brasília no Distrito Federal.

Por fim, esclarecemos que combinamos com a comunidade do Osvaldo de Oliveira que após a defesa desta dissertação, retornarei ao assentamento para transmitir-lhes as considerações da banca examinadora, apresentar os resultados da pesquisa e entregar-lhes uma cópia da versão final do trabalho.

Também encaminhamos a direção do Movimento, uma cópia da mesma versão que foi entregue a banca examinadora, para que eles pudessem emitir algum parecer sobre o trabalho, mas até o fechamento da versão final do trabalho não tivemos nenhum retorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de. Autogestão: da ideia às práticas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: v. 23, n. 1, jan./mar. 1983, p. 37-57.
- ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América: os corpos da paz no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007. 388 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 1998.
- BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci Editora, 2012.
- BRASIL de Fato. **Feira Regional da Reforma Agrária estreia em Duque de Caxias, no Rio**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/19/feira-regional-da-reforma-agraria-estrela-em-duque-de-caxias/>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: 2006.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES). **Economia solidária**. Disponível em <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Publicado: quarta, 26 de Agosto de 2015, 19h22. Acesso em: 14 jul. 2019.
- CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- CAMARGO, Aspásia. FGV/CPDOC - VERBETE. **Ligas Camponesas**. [19--?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>. Acesso em 27 jul. 2019.
- CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal Bahia, Salvador, 2004.
- CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, economia solidária e cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e empresas de autogestão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHIARIELLO, Caio Luis. **Politecnia e polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais**. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

CHIARIELLO, Caio Luis. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de caso da COCAMAR e COPAVI**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CHIARIELLO, Caio Luis; EID. Farid. A politecnia na formação para o trabalho associado em cooperativas populares. **RETRATOS DE ASSENTAMENTOS**, v.16, n. 2, 2013.

CHIARIELLO, Caio Luis; EID. Farid. A politecnia na dinâmica de gestão e execução do trabalho associado em cooperativas populares do MST. **ORG & DEMO**, Marília: v. 14, n. 1, jan./jun. 2013, p. 49-70.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. **Caderno de cooperação agrícola**, (7), São Paulo: 1998.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. A educação do Movimento dos Sem-Terra: Instituto de Educação Josué de Castro. **Educação e Sociedade**, Campinas: v. 25, n. 89, set./dez. 2004, p. 1379-1402.

DONAT, Heldo. **O projeto de cooperação do MST nos assentamentos da reforma agrária: como se explicam as dificuldades encontradas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

EID, Farid; NEVES, Márcia Regina. Organização do trabalho, tecnologia e programa de qualidade total na indústria sucroalcooleira paulista. **Estudos de Sociologia**, n. 4, Unesp, 1998, p. 83-96.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno. Economia solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. **Revista Travessia**, São Paulo: 2001.

FARIA, José Henrique de. **Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro: jul./set. 2017, v. 15, n. 3, Artigo 5, p. 629-650.

FARIA, José Henrique de. Poder e controle nas organizações: a constituição do vínculo social comum. *In*: FERNANDES, Simone da Costa; GOMES, Eduarda de Biase Ferrari (Org.). **Tecnologias de gestão e subjetividades: por uma abordagem multidisciplinar**. Vitória, EDUFES, 446 p. 2013.

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa: Relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005. 144 p.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. *In*: Mazucato T (org.) **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. p. 59-77.

FRAGA, Diego Rangel. **Sistematização do processo de construção do PDS (projeto de desenvolvimento sustentável) Osvaldo de Oliveira no município de Macaé, RJ**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso superior de tecnologia em Agroecologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Lapa, 2019.

GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista de Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULIANI, Gian Mario; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro**. Estudos Sociedade e Agricultura. 1996, n. 6, p. 138-169.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; Tiriba, Lia. Economia popular. *In*: CATANNI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). **Relação de beneficiários da Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro** - atualizado em 02/07/2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/17146>. Acesso em 22 jul. 2019.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Criação e Modalidades de Assentamentos**. 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>. Acesso em: 23 jul. 2019.

Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). **Incra nos Estados – Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**, 31/12/2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). **Incra cria primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro**, 24/04/2014. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-cria-primeiro-projeto-de-desenvolvimento-sustentavel-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 22 jul. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: 2016.

JESUS, Alex Dias de. Das Ligas ao MST: luta pela terra e a territorialidade camponesa. **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica: 2011, número especial EGAL, II semestre, p. 1-14.

JULIÃO, Francisco. Carta de Alforria do Camponês. *In*: Stedile, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 197-207.

JUNIOR, Justino de Souza. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. **Lista de Verbetes**, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LACERDA, Maria Jurema Sampaio de; CARVALHO, Anna Christina Farias de. O trabalho rural e seus riscos ocupacionais. *Id on Line Revista de Psicologia*. v. 1, n. 13, fev. 2011, p. 77-88.

LINS, Lucicléia Teixeira. **Autogestão e utopia na práxis dos movimentos sociais**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária: incubando uma outra sociedade. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: n. 97, jun./ago. 2003, p. 50-58.

LUCA, Mônica Maria Barbosa Leiva de. **Histórias de identidade num assentamento rural**. Educação Temática Digital, Campinas: 2002, v. 4, n.1, p.10-31.

MANDEL, Ernest. **Control obrero, consejos obreiros, autogestión**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1977.

MARCONI, Ivan César; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS: abr./jun. 2016, v. 17, n. 2, p. 173-183.

MARCOS, Valeria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Catiana de. Página do Brasil de Fato. **Maior produtor da América Latina, MST inicia colheita do arroz orgânico no RS**, 26/02/202. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/26/maior-produtor-da-america-latina-mst-inicia-colheita-do-arroz-organico-no-rs>. Acesso em: 27 fev. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONTEIRO, Jessica Oliveira. **Das Trincheiras de contra-hegemonia em tempos sombrios: Contribuições de uma experiência de extensão universitária com processos de formação política junto ao MST**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Humanidades e Saúde de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2014.

MORAIS, Clodomir. **História das ligas camponesas do Brasil**. Brasília: lattermund, 1997.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem Somos**, [19--?]. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acesso em: 06 jul. 2019.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa Produção**, [19--?]. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa História**, [19--?]. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>. Acesso em: 10 abr. 2019.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A aliança para o progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

NASCIMENTO, Claudio. **Autogestão e o “novo cooperativismo”**. Brasília: TEM/Senaes, 2004. pdf não paginado.

OLIVEIRA, Dayse Maria da Silva Caciano de. **O projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé - RJ**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

OLIVEIRA, Dayse Maria da Silva Caciano de. **O projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e os desafios para a construção de novas formas de assentamento**: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé (RJ). 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Humanidades e Saúde de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2014.

OLIVEIRA, Antoniel Assis de. **Formação e trabalho no Movimento Sem Terra (MST)**: processos de resistência do campesinato. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro: jun./ago. 2003, n. 97, p.59-69.

PITASSE, Mariana. Do Brasil de Fato. **Inauguração do Armazém do Campo reúne centenas de pessoas no Rio de Janeiro**, 15/09/2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/09/15/inauguracao-do-armazem-do-campo-reune-centenas-de-pessoas-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em 10 abr. 2019.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião**. Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2013. 296 p.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

SANTIAGO, Vandeck. **Francisco Julião, as ligas e o golpe militar de 64**. Recife: Comunigraf, 2004. 215 p.

SANTOS, Aline Mendonça dos. Paul Singer: uma vida por outra economia. *In: Paul Singer: democracia, economia e autogestão*, SANTOS, A. M. dos; NASCIMENTO, C. Marília: Lutas Anticapital, 2018. p. 17-82.

SANTOS, Júlio César Borges dos. **O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra e as relações entre saúde, trabalho e ambiente em um assentamento rural no estado do Rio de Janeiro**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnicidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989, 51 p.

SEVERINO, Maico Roris. **Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST**: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, Eliane. Página da Revista Globo Rural. **Rio Grande do Sul lidera produção de arroz orgânico**: unidos em cooperativas, agricultores gaúchos tornaram o Estado maior produtor do cereal sem agroquímicos na América Latina, 02/01/2019.

Disponível em

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Arroz/noticia/2019/01/rio-grande-do-sul-lidera-producao-de-arroz-organico.html>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SILVA, Gilvânia Ferreira da. A natureza educativa nas ocupações de luta pela terra no Brasil. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora: fev. 2007, edição especial, p. 50-67.

SILVA, Nivia Regina; SOUZA, Natália Almeida; VIEIRA, Fernanda Maria.

Rompendo cercas, produzindo saberes: a construção contra hegemônica da Reforma Agrária Popular - análise a partir do estudo de caso do assentamento agroecológico PDS “Osvaldo de Oliveira” no Rio de Janeiro. GT 03. Ruralidades e Meio Ambiente. Rede de Estudos Rurais, 2016.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. Gestão de recursos humanos: o enfoque das relações de trabalho. In: GOULART, Íris Barbosa; SAMPAIO, Jäder dos Reis.

Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SOUZA, Andre Luiz de. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST**: entre o ideal e o concreto: estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2017.

STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas** – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 224 p.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

STRAUSS, Anselm, CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Thiollent, Michel. (2009). **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas.

THOMAZ Júnior, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 275-302.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção economia).

TORREÃO, Marlene Corrêa. **Cooperativismo nos processos de organização política e econômica dos trabalhadores na luta contra a expropriação capitalista no campo**: a resistência do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Maranhão. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

VAZZOLER, Márcia Regina. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária**: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

VERGARA, Pablo. Página do MST. **Rio de Janeiro realiza 10ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes**, 29/11/2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/11/29/rio-de-janeiro-realiza-10a-feira-estadual-da-reforma-agraria-cicero-guedes.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VERGARA, Pablo. Página do MST. **MST inaugura espaço de exposição e comercialização de produtos da Reforma Agrária no Rio de Janeiro**, 16/08/2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/08/16/mst-inaugura-espaco-de-exposicao-e-comercializacao-de-produtos-da-reforma-agraria-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

APÊNDICE A – Roteiro para observação participante

Impressões acerca do acesso ao assentamento

- Receptividade por parte dos sujeitos de pesquisa.
- Das dificuldades do campo e posterior acompanhamento.

Impressões acerca do ambiente e das condições de vida

- Descrição do ambiente: distribuição dos lotes, espaços de socialização.
- Estrutura das moradias.
- Condições de atenção à saúde.
- Condições de alimentação.
- Infraestrutura: estradas, energia elétrica, etc.
- Educação.

Impressões acerca da organização social

- Rotina de trabalho.
- Formas de interação social: trabalho, igreja, festas, etc.
- Lazer.

Impressões acerca das atividades de trabalho

- Descrição das atividades de trabalho.
- Valores construídos no trabalho: solidariedade, participação, competição.
- Dificuldades relacionadas ao trabalho.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista - com coordenador(a)

Identificação

Nome:

Idade:

Cargo:

Formação:

Tempo em anos na coordenação:

Tempo em anos no assentamento:

Questões Norteadoras

I. Formas de organização, execução e remuneração do trabalho

- 1) Como é organizado o trabalho no assentamento?
- 2) Como o Sr(a) analisa a participação dos assentados(as) na elaboração das atividades de trabalho e no planejamento da produção?
- 3) Quais as principais diferenças da organização do trabalho no assentamento no modelo PDS em relação a outros modelos de assentamento?
- 4) Como o Sr(a) analisa a participação dos assentados(as) nas atividades de produção e gestão?
- 5) Quais destas atividades precisam ser melhoradas? Por quê?
- 6) Existe terceirização de trabalho no assentamento?
- 7) Em relação ao regime de trabalho, qual a jornada de trabalho?
- 8) Como se dá a remuneração dos assentados(as), por horas de trabalho, por produtividade?

II. Cooperação nas atividades de trabalho

- 1) No assentamento a propriedade da terra e os meios de produção são coletivos?
- 2) Como acontece o desenvolvimento da organização do trabalho cooperado no assentamento?
- 3) A coletivização da propriedade interfere na organização do trabalho e na produção no assentamento?
- 4) Quais modelos de trabalho cooperado são utilizados no assentamento (trocas de dias de serviço, mutirão, etc.)?

III. Formação técnica para execução do trabalho

- 1) Como o assentamento promove a formação técnica dos assentados(as)?
- 2) Existe algum critério de seleção de assentado(a) para participação em curso técnico ou todos estão inicialmente habilitados para fazê-lo?
- 3) O trabalhador está qualificado para realizar as atividades produtivas do assentamento?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista - com assentado(a)

Identificação

Nome:

Idade:

Cargo:

Formação:

Tempo em anos no assentamento:

Questões Norteadoras

I. Formas de organização, execução e remuneração do trabalho

- 1) Como é definida a forma de realizar as atividades de trabalho no assentamento?
- 2) Qual a sua avaliação sobre a organização do trabalho e da produção no assentamento?
- 3) O Sr(a) tem participação direta na organização do trabalho no assentamento?
- 4) Existe terceirização de trabalho no assentamento?
- 5) Existe rodizio de atividades de trabalho no assentamento?
- 6) Qual a importância do rodizio para os assentados(as) e para o assentamento?
- 7) Como o Sr(a), avalia a jornada de trabalho no assentamento (as horas trabalhadas, a intensidade do trabalho)?
- 8) Como é feito o registro das horas trabalhadas ou controle sobre o resultado do seu trabalho?
- 9) Em sua opinião, qual seria a melhor forma de remuneração do trabalho (se por pessoa, por horas trabalhadas ou por produtividade ou outros)?

II. Cooperação nas atividades de trabalho

- 1) O assentado(a) tem liberdade para decidir quando realizar uma atividade em cooperação com outro assentado(a)?
- 2) A utilização coletiva da terra e dos meios de produção (equipamentos, ferramentas, etc.) é importante para o assentamento?
- 3) Em sua opinião, quais os impactos da propriedade coletiva na organização do trabalho?

III. Formação técnica para execução do trabalho

- 1) O Sr(a) tem total conhecimento sobre as formas de organização do trabalho, atividades produtivas e administrativas do assentamento?
- 2) Como o assentamento promove a formação técnica dos assentados(as)?
- 3) Há incentivo para que o assentado(a) se qualifique para melhor desenvolver seu trabalho e concomitantemente sua produção?

APÊNDICE D – Carta de Agradecimento

Companheiras e companheiros,

Na condição de aluno do curso de Mestrado em Administração da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, no desenvolvimento da pesquisa intitulada **Autogestão e forma de organização do trabalho: uma observação participante no assentamento Osvaldo de Oliveira (Macaé/RJ)** que propõe especificamente estudar a organização do trabalho no assentamento de reforma agrária, manifesto minha gratidão.

Sua participação foi muito importante para a construção da pesquisa e também para dar visibilidade ao trabalho que o agricultor desenvolve em um assentamento de reforma agrária.

Agradeço pela acolhida recebida e por sua valiosa contribuição para a produção deste trabalho acadêmico.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura: _____
GILCIMAR FERREIRA DE CARVALHO CAETANO

ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Gilcimar Ferreira de Carvalho Caetano e Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley) do projeto de pesquisa intitulado “Autogestão e forma de organização do trabalho: uma observação participante no assentamento Osvaldo de Oliveira (Macaé/RJ)” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento, fazendo uso de gravador de voz sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Pesquisador responsável pelo projeto

Participante da Pesquisa